



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARCIELI DE SOUZA

**ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-  
SUL NO ÂMBITO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME**

Florianópolis, 2018

MARCIELI DE SOUZA

**ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL NO ÂMBITO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharela em Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Alves Valente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna Marcieli de Souza na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Marcos Alves Valente

---

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

---

Prof. Dr. Valdir da Silva Alvim

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, Autor da Vida, por Seu amor incondicional. Sempre serás o meu porto seguro e o maior motivo das minhas conquistas.

Agradeço ao meu pai pelo seu caráter, exemplo e apoio, por ter me fornecido todo suporte emocional e material necessário para que eu chegasse ao fim desta etapa da minha vida. Tenho orgulho da sua história, que é semelhante à de muitos brasileiros agricultores e sem escolaridade que batalham todos os dias nas condições mais insalubres.

Agradeço a minha mãe pelo amor, dedicação e orações. A senhora é forte e guerreira e eu só espero ter herdado um pouco das suas qualidades.

Agradeço ao maior e melhor presente que esta graduação me deu, meu marido e amor da minha vida. Vamos conhecer o mundo juntos.

Agradeço ao professor Daniel Castelan por ser humano e compreensivo e ao Filipe José Dias pela paciência. Espero encontrar pessoas como vocês ao longo da minha vida.

Agradeço imensamente ao professor Marcos, que me orientou neste trabalho. Sem a sua ajuda, receptividade e ensinamentos eu não teria conseguido.

## RESUMO

SOUZA, Marieli de. **Análise da Participação do Brasil na Cooperação Sul-Sul no Âmbito do Centro de Excelência contra a Fome**. 2018. 60 f. Monografia (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

A Cooperação Sul-Sul (CSS) é um recurso importante para os países em desenvolvimento, pois permite o intercâmbio de conhecimento e aprendizagem em diversas áreas. O Brasil durante muitos anos fez parte do grupo de países que recebia ajuda e apoio internacional, porém, atualmente também se destaca como prestador de cooperação, sobretudo, em virtude de suas experiências exitosas no plano doméstico. Nesse sentido, políticas sociais bem-sucedidas de combate à fome e à pobreza extrema fomentam parcerias de CSS com vistas a disseminar as boas práticas brasileiras. Em 2011, a criação do Centro de Excelência contra a Fome representou um desses esforços. Este estudo é concebido com o objetivo principal de analisar a contribuição do Brasil no processo de CSS no âmbito do Centro de Excelência contra a Fome, elencando os fatores internos que compõem o aparato de políticas nacionais exitosas e hábeis de serem compartilhadas com outras nações. Para isso, é elaborada revisão teórica sobre cooperação a partir da ótica de teorias de Relações Internacionais, é realizado estudo sobre a segurança alimentar e nutricional do Brasil, pontuando a evolução do tema na agenda nacional e são analisados relatórios do Centro de Excelência contra a Fome, configurando estudo de caso. A avaliação de impacto dos resultados obtidos pelo Centro de Excelência não deixa dúvidas de seu valor político e social positivo nos países com os quais possui parcerias. Além disso, a atuação do Centro contribui para a criação de uma imagem internacional do Brasil em relação a outros países em desenvolvimento e da própria comunidade internacional.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. Políticas sociais. Centro de Excelência contra a Fome.

## ABSTRACT

South-South Cooperation is an important resource for developing countries as it allows the exchange of knowledge and learning in various areas. For many years, Brazil has been part of the group of countries that received international aid and support. However, it also stands out today as a provider of cooperation, mainly because of its successful experiences at the domestic level. In this sense, successful social policies to combat hunger and extreme poverty foster SSC partnerships in order to disseminate Brazilian good practices. In 2011, the establishment of the Center for Excellence against Hunger represented one such effort. This study is designed with the main objective of analyzing Brazil's contribution to the SSC process within the Center of Excellence against Hunger, listing the internal factors that make up the apparatus of national policies that are successful and able to be shared with other nations. For that, a theoretical review of cooperation is elaborated from the perspective of International Relations theories, a study is carried out on food and nutritional security of Brazil, punctuating the evolution of the topic in the national agenda and analyzed reports of the Center of Excellence against Hunger, setting up a case study. The impact assessment of the results obtained by the Center of Excellence leaves no doubt of its positive political and social value in the countries with which it has partnerships. In addition, the Center's activities contribute to the creation of an international image of Brazil in relation to other developing countries and the international community itself.

**Keywords:** South-South. Cooperation. Social policies. Center of Excellence against Hunger.

## LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação  
CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional  
CGAO – Coordenação Geral de Administração e Orçamento Geral  
CGCM – Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral  
CGPD – Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento  
CME – Campanha Nacional de Merenda Escolar  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar  
CNS – Cooperação Norte-Sul  
CSS – Cooperação Sul-Sul  
COEP – Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida  
CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento  
CTR – Cooperação Técnica Triangular  
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada  
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância  
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição  
IPC-IG – Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo  
LOSAN – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PLASAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PMA – Programa Mundial de Alimentos  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição  
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SEAD – Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SESAN – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Organograma 1</b> – Estrutura Organizacional da Agência de Cooperação Técnica.....	27
<b>Gráfico 1</b> – Número de Pessoas Afetadas pela Fome de 2000 a 2016.....	30
<b>Infográfico 1</b> – Histórico do Processo e Marcos Legais.....	34
<b>Organograma 2</b> – Estrutura do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	35
<b>Infográfico 2</b> – Histórico das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN).....	37
<b>Organograma 3</b> – Sistema Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional.....	42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	A COOPERAÇÃO SUL-SUL: CONCEITOS E TEORIA.....	14
1.1.1	AS TEORIAS CLÁSSICAS E A COOPERAÇÃO.....	15
1.1.2	O Debate Contemporâneo e a Cooperação.....	16
1.1.3	A Cooperação à Luz do Neoliberalismo Institucionalista.....	17
1.1.4	A Construção de Regimes Internacionais para Auxiliar no Processo de Cooperação.....	18
1.2	BREVE HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL.....	19
1.2.1	A Cooperação Técnica.....	23
1.2.2	A Cooperação Triangular (CTR).....	25
1.3	A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO.....	26
1.4	AS COOPERAÇÕES TÉCNICAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	28
<b>2</b>	<b>A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: DAS INSTITUIÇÕES ÀS POLÍTICAS NACIONAIS DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
2.1	PANORAMA DA EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO BRASIL.....	31
2.2	O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN).....	34
2.2.1	A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN).....	36
2.2.2	O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).....	37
2.2.3	A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).....	38
2.3	A DEMANDA ESTRUTURADA BRASILEIRA.....	39
2.3.1	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	40
2.3.2	O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	41
<b>3</b>	<b>O CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME.....</b>	<b>43</b>
3.1	A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME.....	44
3.2	A EVOLUÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME DE 2013 A 2016.....	46

<b>3.2.1</b>	<b>Relatório Anual 2013.....</b>	<b>47</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Relatório Anual 2014.....</b>	<b>47</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Relatório Anual 2015.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2.4</b>	<b>Relatório Anual 2016.....</b>	<b>49</b>
<b>3.3</b>	<b>A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO ÂMBITO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME.....</b>	<b>50</b>
<b>3.4</b>	<b>A RELEVÂNCIA DO CENTRO DE EXCELÊNCIA.....</b>	<b>51</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) alertou em seu relatório anual, de 2017, sobre segurança alimentar e nutricional que depois de mais de dez anos em declínio o número de pessoas assoladas pela fome no mundo voltou a crescer. As causas são diversas, desde crises econômicas, sobretudo em países que dependem da importação de alimentos, a conflitos armados, os quais agravam situações de insegurança alimentar em países que já enfrentavam problemas com a fome e com a miséria. A iniciativa dessa avaliação global acerca da temática da segurança alimentar e nutricional vai ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – principalmente o Objetivo número dois, o qual consiste em erradicar a fome em todas as suas formas e em todos os lugares até 2030. O Objetivo permite mapear, por meio dos dados divulgados no relatório, quais os avanços alcançados bem como quais são os maiores desafios a serem enfrentados na busca da concretização da Agenda 2030.

Os ODS – definidos em 2015 por razão da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – consistem em um conjunto de metas e objetivos que devem guiar as políticas nacionais e as relações entre os países no sistema internacional até 2030 e, além disso, sucedem e atualizam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nesse sentido, o Objetivo número 17 (parceria em prol das metas) salienta o papel fundamental da cooperação para a realização de todos os outros ODS. Ou seja, é imprescindível que haja um esforço global conjunto para a consecução dos Objetivos.

Diante disso, a cooperação para o desenvolvimento apresenta-se como um caminho viável na busca de soluções para as diversas questões que os países individualmente não conseguem solucionar, sobretudo os países em desenvolvimento. A modalidade de Cooperação Sul-Sul (CSS), a qual envolve primordialmente os países em desenvolvimento, tem especial atenção, haja vista que, apesar desses países possuírem características distintas, compartilham de similaridades relacionadas aos problemas sociais e aos desafios que enfrentam para desenvolver políticas sociais eficientes. Portanto, a CSS permite o compartilhamento de experiências e o aprendizado entre países que estão em estágio semelhante de desenvolvimento.

O Brasil alçou maior estreitamento de suas relações com os países do Sul a partir do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010). Foi também durante esse governo que questões relativas ao desenvolvimento social, redução da pobreza extrema e miséria obtiveram mais relevância na agenda nacional, resultando no

fortalecimento de instituições e políticas já existentes bem como na implementação de outras. Nesse sentido, o Brasil em parceria com outras agências e organismos internacionais tem buscado fomentar por meio da CSS o compartilhamento de suas experiências exitosas e assim inspirar outras nações a desenvolverem suas próprias políticas. Nesse contexto, dentre as iniciativas brasileiras dessa natureza, destaca-se o Centro de Excelência contra a Fome, organismo criado em 2011, resultado da parceria com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, e cujo objetivo fundamental reside em promover a segurança alimentar e nutricional em países em desenvolvimento, por meio de ações de CSS.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é estudar as políticas sociais brasileiras disseminadas por ações de CSS no âmbito do Centro de Excelência contra a Fome. Para tanto, o estudo é dividido em três capítulos, os quais contemplam os três objetivos a seguir elencados com a finalidade de responder à pergunta de pesquisa, em seguida apresentada, que norteia este trabalho.

O primeiro capítulo apresenta algumas abordagens teóricas das Relações Internacionais acerca da Cooperação. Julga-se fundamental que o leitor entenda por que os Estados e outros agentes do sistema internacional cooperam e como as teorias de relações internacionais divergem entre si ao explicar esse fenômeno. Além disso, é realizada uma breve revisão histórica da origem e estabelecimento do termo CSS, apresentando marcos legais e conceituais que contribuíram para formação do entendimento Sul-Sul bem como são elencadas noções gerais sobre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Em suma, intenciona-se nesse capítulo compor um entendimento da Cooperação de maneira geral, e da CSS brasileira de forma específica, nas dimensões teórica e conceitual.

O capítulo seguinte aborda a segurança alimentar e nutricional do Brasil, apresentando um breve histórico das instituições e das ações governamentais de combate à fome e à miséria, a implementação do tema na agenda nacional e a ênfase que os diferentes governos dedicaram à problemática da fome e miséria no Brasil. A última parte do capítulo se destina a explanar as políticas sociais brasileiras de acesso à alimentação que, devido a seus resultados positivos, alçaram reconhecimento e interesse internacional, e servem de inspiração para outros países na elaboração de suas próprias políticas.

Por fim, o terceiro capítulo consiste em um estudo de caso do Centro de Excelência contra a Fome, sendo que primeiramente se faz revisão acerca da criação

desse organismo na área de segurança alimentar e nutricional para, em seguida, apresentar a sua atuação por meio da evolução de seu trabalho no decurso de seus seis anos de existência. Ademais, são realizados apontamentos sobre a contribuição do Centro de Excelência no fomento da CSS em segurança alimentar e nutricional e análise de seus relatórios.

Os três capítulos contribuem para responder a seguinte pergunta de pesquisa: “O trabalho desenvolvido pelo Centro de Excelência contra a Fome representa um ponto de inflexão da CSS brasileira em segurança alimentar e nutricional?”

Nesse sentido, o presente estudo foi orientado a partir da hipótese de que o Brasil, apesar de possuir significativos problemas no âmbito doméstico, tem capacidade de influenciar positivamente outros países em desenvolvimento por intermédio da CSS que ocorre no âmbito do Centro de Excelência.

O trabalho está fundamentado no método hipotético dedutivo com a análise de estudo de caso. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica mediante estudos já realizados sobre o tema, como artigos científicos, livros, materiais de mídias eletrônicas, periódicos, relatórios e *sites* oficiais de organizações internacionais. Além disso, também compõem a bibliografia obras que fornecem aparato teórico relacionados ao tema proposto.

As justificativas a respeito da pesquisa sobre a CSS e a participação do Brasil no Centro de Excelência contra a Fome divide-se em três níveis. O primeiro refere-se à emergência do tema, visto que a problemática da fome em países em desenvolvimento é uma questão latente e que necessita ser pensada à luz de soluções passíveis de serem implementadas. A segunda motivação resulta de compreender que embora o Brasil possua problemas domésticos graves na área de segurança alimentar e nutricional, seu papel como ator nesse campo tem sido relevante no sistema internacional.

A última justificativa decorre da relevância que a participação do Brasil representa no engajamento internacional para realização dos ODS, uma vez que as políticas de proteção social do País têm potencial de inspirar outras nações e fortalecer a cooperação entre os países do Sul.

## 1. 1 A COOPERAÇÃO SUL-SUL: CONCEITOS E TEORIA

As teorias de Relações Internacionais auxiliam na compreensão e análise do sistema internacional, tendo em vista que devido à grande quantidade de atores que

interagem nesse sistema complexo e interdependente, observá-lo sob a ótica teórica torna-se imprescindível. Assim, por meio de métodos e conceitos estabelecidos nas teorias é possível encontrar respostas às questões que moldam a política mundial bem como àquelas que influenciam a natureza e o funcionamento do sistema mundial (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Nesse contexto, o presente capítulo objetiva fornecer uma perspectiva teórica das Relações Internacionais acerca da Cooperação.

Assim sendo, para melhor compreensão do tema, inicia-se realizando breve estudo teórico da Cooperação Internacional, abordando os principais pontos do debate tradicional e contemporâneo, dando ênfase à visão neoliberal institucionalista e à formação dos regimes internacionais. Em seguida, apresenta-se breve histórico e conceitos concernentes à CSS. Finaliza-se com apontamentos sobre a ABC no sentido de compor entendimento a respeito da instituição responsável pela CSS brasileira.

### **1.1.1 As Teorias Clássicas e a Cooperação**

O ponto de partida das teorias tradicionais de Relações Internacionais são o Realismo e o Liberalismo, teorias que em sua natureza se contrapõem.

De um lado, o Liberalismo se expressava como uma concepção idealista a respeito do sistema internacional, sendo que sua principal preocupação é com o “dever ser” do mundo. Nesse sentido, concebe que a união em busca de objetivos comuns se sobressai às paixões egoístas individuais. A Liga das Nações, antecessora à ONU, foi a expressão máxima dos anseios liberais (CARR, 2001). O Realismo, por seu turno, enfatizava que o mundo deveria ser visto como ele “realmente é”, ou seja, um lugar onde a busca pelo poder e a preocupação com a própria sobrevivência seriam as características norteadoras das ações dos atores e que o uso da força e da violência se faziam necessários para o alcance de tais objetivos. Contudo, apesar das supracitadas teorias serem opostas entre si, tanto a corrente realista quanto a liberal possuíam em comum a premissa de serem pano de fundo para as grandes questões dos Estados. Em suma, essas teorias abarcavam os temas estratégicos de maior relevância da agenda internacional, as chamadas *high politics*, como as guerras mundiais, os choques econômicos, entre outros, negligenciando temas de menor importância, as chamadas *low politics* (BRASIL, 2013).

Desse modo, a abordagem Realista é centrada no Estado, sendo que este cumpre os acordos internacionais desde que seus interesses nacionais sejam atendidos, tendo em

vista que o objetivo máximo do Estado, no pensamento realista, é a sua própria sobrevivência. De acordo com Nogueira e Messari (2005 p. 25) “[...] os realistas consideram que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea e em defesa do interesse nacional”. Outra característica da concepção realista é sua definição do sistema internacional, o qual, por não possuir nenhuma autoridade suprema com capacidade de coagir e direcionar as ações dos Estados, é por natureza anárquico.

Os liberais, por sua vez, concebem o Estado como necessário para a proteção dos indivíduos contra os ataques externos bem como de ameaças internas oriundas daqueles indivíduos que não respeitam as leis estabelecidas. A busca pela paz mundial, segundo o pensamento liberal, deveria fazer parte da política externa das nações, pois só assim seria possível garantir a liberdade e o bem-estar dos cidadãos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Ademais, “[...] a tradição liberal é o fundamento de propostas que envolvem o papel das organizações e do direito internacionais para a geração de mais cooperação e mais ordem no sistema internacional.” (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2015).

### **1.1.2 O Debate Contemporâneo e a Cooperação**

As décadas de 1980 e 1990 foram palco de profundas mudanças no sistema internacional em decorrência, especialmente, da derrocada da União Soviética, marcando assim o fim do conflito bipolar mundial e conseqüentemente permitindo a inserção de novos temas na agenda internacional. O debate teórico agora ocorria em um mundo mais globalizado e interdependente, com a presença de novos e relevantes atores, como as organizações internacionais e as grandes corporações multinacionais. Nesse contexto, as premissas realistas e neorrealistas enraizadas nas noções de balança de poder, sistema de autoajuda e defesa nacional, não eram suficientes para explicar os novos fenômenos mundiais. Esses novos dilemas do sistema internacional careciam de instrumentos analíticos que as contemplasse.

Para responder aos desafios impostos à teoria estadocêntrica, surgem novas tendências dentro do Realismo. Contudo, os autores realistas contemporâneos, como John Mearsheimer, mantêm a preposição de que as instituições – ou outros atores não estatais – não são relevantes no sistema internacional (MEARCHEIMER, 1994-1995). Ademais, a natureza insegura do sistema internacional é um empecilho à cooperação,



pois “[...] além do receio de que a cooperação acordada não será respeitada, os realistas salientam que a ausência de governo gera uma luta constante pela sobrevivência e pela independência.” (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2015).

Em contraponto os neoliberais institucionalistas iniciam um debate que coloca em dúvida o significado da anarquia do sistema internacional. Segundo autores, como Keohane, Oran Young, Arthur Stein, Joseph Grieco, Stephen Krasner, entre outros, o conflito não era inerente ao estado de anarquia, mas sim resultado dos processos de interação (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). No pensamento neoliberal as organizações, o direito internacional e a criação de regimes atuam como mecanismos capazes de impor limite ao exercício de poder dos Estados. Portanto, segundo as premissas neoliberais, “[...] as instituições têm um papel crucial em facilitar a cooperação.” (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2015).

### **1.1.3 A Cooperação à Luz do Neoliberalismo Institucionalista**

Como visto, a teoria realista das relações internacionais e suas principais vertentes sustentam o argumento fundamental da primazia do Estado frente a qualquer outro ator no sistema internacional, além disso, em sua maioria, esses pensadores veem com ressalva a eficácia dos acordos de cooperação, justamente devido à natureza anárquica do sistema. A literatura liberal, e, em especial, o neoliberalismo institucionalista, concebem não apenas a existência de outros atores como também a profunda importância que eles exercem na configuração e no ordenamento das relações entre os Estados. Assim sendo, a perspectiva neoliberal institucionalista é pautada no princípio das instituições como mecanismos de resolução de conflitos.

Keohane, um dos mais influentes pensadores da corrente neoliberal institucionalista, concebe as instituições como ferramentas eficazes para a solução do problema da governança em um mundo anárquico. Em *International Institutions: two approaches*, o autor define e compara duas abordagens teóricas, a racionalista, a qual afirma que as instituições auxiliam a reduzir os custos da cooperação à medida que diminuem certos tipos de incertezas, e a reflexiva, voltada ao estudo sociológico das instituições. O autor inter-relaciona o estudo da cooperação internacional com a análise das instituições internacionais, pois, segundo ele, para entender o contexto em que emerge a cooperação é imprescindível compreender como operam e sob quais condições surgem as instituições internacionais. Nesse sentido, Keohane destaca que as

instituições possuem caráter assimétrico, além disso, elas consistem em resultado de relações de poder (KEOHANE, 1988).

Partindo do pressuposto de que no sistema internacional anárquico ocorrem problemas de coordenação e cooperação, o autor afirma que a cooperação em torno de determinados objetivos comuns pode resultar em redução das perdas e maximização dos ganhos. Logo, o estabelecimento da cooperação por meio de arranjos institucionais auxilia na solução dos conflitos de coordenação e cooperação decorrentes da interação dos Estados no sistema anárquico, ou seja, a cooperação atua no sentido de corrigir os problemas decorrentes do estado anárquico. Ademais, as instituições fortalecem a cooperação, uma vez que reduzem as incertezas e o custo das transações, também proveem informações e coalizam as expectativas. Em suma, as instituições favorecem a cooperação ao mesmo tempo que possibilitam ganhos para todos os atores.

Um ponto fundamental para a compreensão da cooperação entre os Estados em um mundo anárquico é a distinção entre cooperação, harmonia e discórdia. Segundo Keohane (1984), cooperação não necessariamente significa um estado de harmonia, pois na existência de harmonia não há necessidade de estabelecer arranjos institucionais, pois o consenso seria imediato; contudo, ressalta que a harmonia é rara na política mundial. Em um ambiente onde há cooperação os interesses individuais tendem a se somar, a fim de que objetivos comuns sejam alcançados. Todavia, “[...] harmonia e cooperação geralmente não se distinguem claramente uma da outra” (KEOHANE, 1984, p. 53), cabendo uma diferença importante entre elas: a harmonia é apolítica, ao passo que a cooperação é altamente política. Em uma situação de discórdia, por outro lado, os atores visam a maximizar apenas seus ganhos individuais, pois consideram as políticas dos outros como nocivas à execução de seus próprios objetivos.

Visto que as instituições desempenham um papel importante no processo de estabelecimento e fortalecimento da cooperação, é relevante adentrar na questão dos regimes internacionais, apontados por Axerold e Keohane (1985) como ferramentas facilitadoras da cooperação internacional.

#### **1.1.4 A Construção de Regimes Internacionais para Auxiliar no Processo de Cooperação**

O sistema internacional é caracterizado por sua natureza anárquica e tal pressuposto é compartilhado pelas diferentes correntes teóricas das relações

internacionais. Apesar de considerarem que a cooperação é difícil de ser alcançada os teóricos neoliberais institucionalistas identificam no estabelecimento de arranjos institucionais um meio de facilitar a cooperação. Além disso, é possível, mesmo em um ambiente anárquico e de autoajuda, estabelecer relações de cooperação mutuamente benéficas (AXEROLD; KEOHANE, 1985).

Assim sendo, no sentido de solucionar problemas que envolvem um vasto número de atores que interagem no sistema internacional, os quais agem de maneira egoísta e buscando maximizar seus próprios interesses, são criados os regimes internacionais, que são:

Conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das relações internacionais. Os princípios são crenças de fato, causa e retidão. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições específicas ou proscições para ação. Os procedimentos de tomada de decisão prevêm práticas para fazer e implementar a escolha coletiva.<sup>1</sup> (KRASNER, 1982, p. 186, tradução nossa).

Regimes internacionais não são somente acordos temporários, eles consistem, outrossim, em arranjos institucionais duradouros, cuja incumbência é, dentre outras, facilitar o estabelecimento dos acordos.

Ademais, Axelrold e Keohane (1985, p. 250) afirmam que os regimes internacionais podem fomentar a cooperação, por que “[...] eles alteram os custos das transações e fornecem informações aos atores de modo a reduzir as incertezas entre eles”.

## 1.2 BREVE HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

As características em comum partilhadas pelos países subdesenvolvidos fomentam o que especialistas afirmam ser uma modalidade da cooperação internacional, a CSS. Esta, por sua vez, atualmente se desenvolve em diversas áreas, como a política, a econômica e a social, e tem se mostrado parte fundamental do arcabouço de estratégias

---

<sup>1</sup> “Regimes can be defined as sets of implicit or explicit principal, norms, rules, and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given área of international relations. Principles are beliefs of fact, causation, and rectitude. Norms are standards of behavior defined in terms of rights and obligations. Rules are specific prescriptions or proscitions for action. Decision-making procedures are prevailing practices for making and implementing collective choice.” (KRASNER, 1982, p. 186).

adotadas pelos países em sua busca pelo desenvolvimento. Contudo, embora o termo “cooperação sul-sul” tenha ganhado acentuada evidência no prelúdio do século XXI, e crescentemente faça parte da política externa dos países, remonta há no mínimo seis décadas. Os primórdios da CSS situam-se no contexto do início da Guerra Fria, sendo que nesse estágio caracterizava-se por ser uma tentativa de união entre países periféricos em torno ideias comuns, como a descolonização e a busca por autonomia que lhes garantisse a soberania e a autodeterminação dos povos.

Os países do Terceiro Mundo realizaram na Conferência de Bandung, em 1955, a primeira tentativa de criação de estratégias coordenadas capazes de nortear suas relações. Naquele momento, os povos asiáticos, encabeçados por Índia e China, e também os africanos, introduzem o conceito de multipolaridade frente à predominante bipolaridade do período. A Conferência não contou com a participação dos Estados Unidos, União Soviética e países europeus. Bandung representa, portanto, o primeiro concerto entre a periferia na busca por uma atuação coletiva no cenário global (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). A Conferência Afro-Asiática, ademais de ser um marco nas relações Sul-Sul, também forneceu os princípios da coexistência pacífica<sup>2</sup>, os quais posteriormente serviriam de base fundamental do Movimento dos Países não Alinhados, a partir da Conferência de Belgrado, realizada 1961.

Dada a heterogeneidade dos membros, bem como a pouca complementariedade entre as suas economias, a cooperação entre os países na busca por uma ação coletiva efetiva para o desenvolvimento sofria restrições. Entretanto, apesar das limitações, o engajamento entre os países periféricos em prol do desenvolvimento e suas reivindicações por um comércio internacional mais equânime contribuíram para que se realizasse a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964 (UNCTAD, 2017). No mesmo ano e no

---

<sup>2</sup> “1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme aos fins e aos princípios da Carta das Nações Unidas; 2) respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações; 3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, pequenas e grandes; 4) não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países; 5) respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas; 6.a) rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências quaisquer forem; 6.b) rejeição a toda pressão que uma potência, qualquer que seja, tente exercer sobre outra; 7) abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país; 8) resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas; 9) estímulo dos interesses mútuos e a cooperação; e 10) respeito à justiça e às obrigações internacionais.” (PEREIRA, MEDEIROS, 2015).

contexto da UNCTAD foi criado o G-77, organismo importante para a CSS, já que sua composição contava com 77 países em desenvolvimento, os quais se comprometiam a fortalecer a unidade do grupo bem como acordar programas de ação conjunta (PINO, 2014).

Observa-se que a década de 1960 é marcada pela busca de definição mais precisa do termo cooperação sul-sul e de um engajamento das nações recém-descolonizadas por mais participação no cenário internacional. Os novos Estados começaram a perceber a CSS como um caminho viável para a promoção de seu desenvolvimento bem como adquiriram consciência de suas capacidades nacionais e coletivas (SEGIB, 2008). É também no decurso dos anos sessenta que ocorreu o que Herz, Hoffman e Tabak (2015) denominam de “primeira onda do regionalismo”, ou seja, a realização dos primeiros arranjos de integração no âmbito regional e sub-regional: Mercado Comum da América Central (1960); Associação Latino América de Livre Comércio (1960); Organização da União Africana (1963); União Econômica e Aduaneira da África Central (1964); Associação das Nações do Sudeste Asiático (1967); Pacto Andino (1969).

A ordem internacional vigente da virada da década de 1960 para a de 1970 foi marcada pelo questionamento dos países emergentes quanto à sua posição no sistema, pois não mais demandavam apenas por projetos assistencialistas de comércio e desenvolvimento, mas também reivindicavam mudanças na arquitetura internacional que lhes permitisse acesso igual às oportunidades. Concomitantemente, surgiram no cenário econômico internacional atores, como Europa e Japão, com capacidade de competir com a então hegemonia norte-americana. Nesse contexto, Wallerstein (1992) afirma que o período após 1967 é de reações sistêmicas à hegemonia dos EUA.

Por conseguinte, em 1970, durante a Conferência de Lusaka, implementou-se o conceito de *autossuficiência coletiva*, o qual consistia em um reconhecimento de que as nações do Sul não deveriam ficar à mercê da benevolência dos países do centro a fim de que a nova ordem econômica internacional surgisse (PINO, 2014). Desse modo, é firmada em 1974 a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial, reflexo da CSS que se estabelece nesse período, a qual é marcada pelo aspecto multilateral de reciprocidade entre os países periféricos.

A ONU desempenhou papel fundamental no fomento da CSS nessa fase, pois foi no seio da Assembleia-Geral que se constituiu um grupo de trabalho sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), sendo que em 1974 é idealizada a

Unidade Especial de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, atrelada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a qual recebeu desde então a incumbência de ser o ponto focal da CSS no âmbito do sistema da organização, pois estabeleceria o vínculo entre o PNUD e o G-77 (PINO, 2014).

O Plano de Ação de Buenos Aires, elaborado na Conferência de Buenos Aires, em 1978, representa um marco para a CSS, pois estavam presentes delegações de 138 países as quais acordaram com a criação do Plano de Ação para Promover e Implementar a CTPD. Foi também durante essa Conferência, que o conceito de cooperação técnica horizontal entre países em desenvolvimento em áreas pontuais como educação, agricultura e saúde, ganhou projeção. A transferência de conhecimentos e o compartilhamento de experiências no âmbito da CSS foram considerados aspectos fundamentais para organizar e estimular o desenvolvimento.

A década de 1970 representou, portanto, um período de avanço e de realizações no aprofundamento da CSS. Entretanto, os anos subsequentes se mostrariam particularmente difíceis para os países em desenvolvimento, pois enfrentariam um período de crise econômica que os enfraqueceria não apenas economicamente, mas também política e socialmente, freando, conseqüentemente, o movimento de articulação e cooperação alçado nos anos anteriores, afinal outras questões teriam primazia na agenda dos países periféricos. O acontecimento mais promissor para a CSS na década ocorreu em 1981 durante a Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, em Caracas, Venezuela, a qual resultou na criação do Programa de Ação de Caracas cujo ponto focal era o comércio e o estabelecimento do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SEGIB, 2008).

Foi no âmbito da Organização das Nações Unidas que a CSS voltou a ganhar impulso, já na segunda metade da década de 1990, por meio da elaboração do documento “Novas Orientações da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento”, sendo que os chamados “países pivôs” foram incumbidos de incentivar a cooperação, sobretudo em suas respectivas regiões. O documento também previa, dentre outras, recomendações sobre a necessidade de integrar as cooperações técnica e econômica bem como fornecer suporte a formulação de políticas nacionais para a CTPD, de acordo com os estágios de desenvolvimento, e a promoção de acordos de cooperação triangular (PINO, 2014).

A partir dos anos 2000, tendo como marco impulsionador a Conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento, ocorrida em 2002, a CSS volta a

fazer parte do debate internacional intensivamente, sobretudo nas questões concernentes ao desenvolvimento. Para tanto, a contribuição da ONU no fomento à Cooperação foi novamente fundamental:

Um indicador da aposta da ONU na CSS é o crescimento exponencial na última década de estratégias para sua promoção em programas, agências e organismos especializados da organização, de maneira destacada no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), a Unesco, o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) ou a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), na qual a recente eleição do brasileiro José Graziano da Silva, em 2011, acelerou a dimensão Sul-Sul de seus programas (PINO, 2014, p. 73).

No âmbito da ONU, também foi realizada em 2009 a Conferência de Alto Nível sobre a CSS, a qual comemorava o trigésimo aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires.

O cenário internacional vem passando por profundas transformações desde a Conferência de Bandung, assim como o modo de interação entre os países. O fluxo de intercâmbio entre os países periféricos cresceu, mas também se tem fortalecido modalidades como a de Cooperação Triangular e a Cooperação Técnica. Nesse contexto, tanto a CSS quanto a Cooperação Técnica Triangular (CTR) são apontadas como importantes instrumentos capazes de auxiliar na concretização dos objetivos da Agenda de 2030 bem como na busca pela realização dos ODS.<sup>3</sup>

### **1.2.1 A Cooperação Técnica**

A Cooperação Técnica Internacional difere-se conceitualmente da CTPD – ou cooperação técnica horizontal – essencialmente porque a primeira ocorre entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e a segunda envolve apenas a cooperação entre os países em desenvolvimento. Contudo, de maneira geral, conceitua-se a cooperação técnica como uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento (PUENTE, 2010).

A cooperação técnica tem início nos anos 1940, e naquela fase acreditava-se que ela teria papel fundamental no processo de promoção do desenvolvimento nos países

---

<sup>3</sup> Para saber mais, ver: ONUBR (2017b).

periféricos. Os países doadores, entretanto, não eram desprovidos de interesses no processo de cooperação técnica, pois impunham regras e termos que também os beneficiasse (MARKOVITCH, 1994).

Ademais, em suas primeiras décadas, a cooperação técnica se mostrou ineficiente na execução de seu objetivo fundamental, o qual era vigorar por um período determinado de tempo; na maioria dos casos o que ocorria era um processo de renovação da cooperação, pois o país recipiendário não adquiria as capacidades necessárias para continuar com o projeto sem o suporte oferecido por meio da cooperação. Afirmou-se, portanto, que a cooperação internacional em seu estágio inicial possuía um caráter assistencialista, de transferência dos países centrais para os países periféricos, porém, alinhado com as transformações ocorridas no sistema internacional, sobretudo, a partir da década de 1990 – com o fim da Guerra Fria e a consequente retração das ajudas internacionais –, mudanças significativas ocorrerem no campo da cooperação técnica entre os países, alterando sua forma e conceito:

Não se tratava mais apenas de transferência de conhecimentos, mas antes da construção e do desenvolvimento de capacidades (não só individuais, mas sobretudo institucionais), que poderiam gerar a autoconfiança necessária nos países recipiendários para avançar no caminho do desenvolvimento sustentável, em especial no cenário da globalização acelerada (BERG, 1993 *apud* PUENTE, 2015, p. 70).

Nesse contexto, o Brasil fez parte durante décadas do grupo de países recipiendários de doações internacionais, condição essa de suma importância, pois contribuiu para o processo de desenvolvimento nacional em diversas áreas. Todavia, atualmente, o País também ocupa a posição de doador, contribuindo por meio da cooperação técnica com outros países, compartilhando conhecimento, programas exitosos e boas práticas. Nesse sentido, a cooperação técnica brasileira ocorre, sobretudo, em parcerias estabelecidas com a América Latina, Caribe, África e projetos incipientes na Ásia e na Oceania. As experiências brasileiras bem-sucedidas e inovadoras em diversas áreas de políticas públicas têm atraído a atenção de Estados e de organismos internacionais que buscam conhecer os projetos brasileiros e a possibilidade de implementá-los em seus respectivos países. Dentre esses se destacam temas nas áreas de desenvolvimento social e combate à fome.



### 1.2.2 A Cooperação Técnica Triangular (CTR)

Outra modalidade de coalisão apontada como importante instrumento promotor do desenvolvimento é a CTR, a qual pode ocorrer entre países do Norte, do Sul e, em alguns casos, envolve também a participação de organismos internacionais. Assim, a CTR é caracterizada pela união de três países ou entidade não governamental com a finalidade de troca de expertises que promovam o desenvolvimento. Segundo Pino, apesar da dificuldade de estabelecer com exatidão a origem e a natureza da CTR, sabe-se que possui suas bases na CTPD, sendo que:

Foi em 1995, com a divulgação do documento *Novas Orientações da CTPD*, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se recomendou explicitamente “a promoção de arranjos de CTR, segundo os quais, os doadores concordariam em financiar intercâmbios entre países em desenvolvimento”, como alternativa à diminuição progressiva dos fundos tradicionais de cooperação. O conceito de CTR se definia como “a participação de países desenvolvidos no processo de CTPD” para contribuir de maneira significativa com a realização de seus objetivos. A partir desses esquemas triangulares, os países doadores poderiam utilizar os serviços de cooperação dos países em desenvolvimento com capacidade para prestar cooperação técnica a outros países em desenvolvimento de maneira rentável, como já se sucedia no Chile, com o apoio da Holanda, na América Central; no Brasil, em atividades de cooperação técnica em Moçambique, financiadas por outros doadores; ou no Japão, que aplicava variações desses modelos no Fórum da Ásia e África (PINO, 2013, p. 18).

A CTR, portanto, atua como mecanismo facilitador da CSS com a Cooperação Norte-Sul (CNS), sem, contudo, limitar-se ao tradicional método de CNS, pois também se desenvolve no âmbito das relações Sul-Sul-Sul.

Tanto a CSS quanto a CTR fazem parte do arcabouço de estratégias políticas do governo brasileiro de projetar uma imagem de país engajado com as questões internacionais. Além disso, ao firmar parcerias triangulares, o Brasil supera a questão da escassez de recursos para a execução de projetos (MOREIRA, 2005). A CTR brasileira cresceu de maneira significativa a partir de 2003, coincidindo com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010). Durante esse governo, houve uma espécie de fortalecimento da confiança de países e entidades internacionais em relação ao Brasil, sobretudo, devido às políticas públicas bem-sucedidas, culminando em diversas parcerias de CTR.

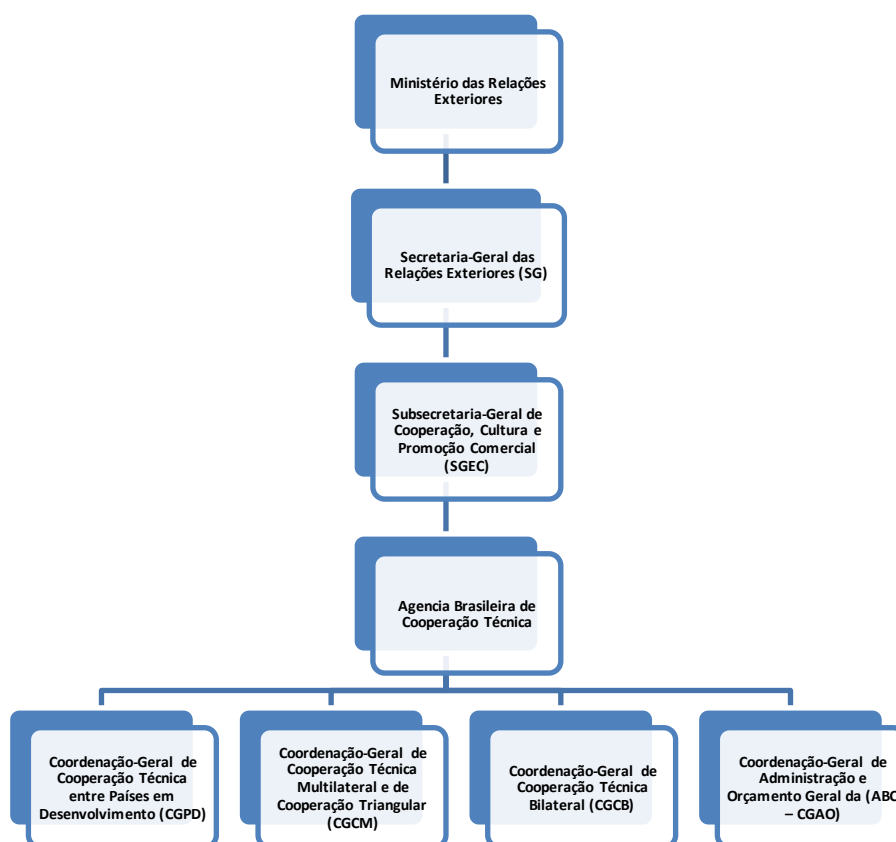
### 1.3 A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

As seções anteriores tiveram o objetivo de apresentar um panorama sobre a CSS, a Cooperação Técnica e a CTR, em razão da relevância que essas modalidades representam no processo de cooperação realizado no âmbito do Centro de Excelência contra a Fome. Entretanto, a negociação, a coordenação, a regulamentação e a execução dos acordos estabelecidos pelo Brasil com países ou organismos internacionais é de atribuição da ABC, a qual faz parte da estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE) (ABC, 2018). Diante disso, esta seção do trabalho expõe os pontos mais relevantes acerca da ABC, haja vista que os projetos e programas de cooperação realizados no Centro de Excelência também são de atribuição da Agência.

A ABC iniciou suas atividades em setembro de 1987, coincidindo com importantes mudanças no âmbito interno do País, dentre elas as alterações no campo da política doméstica, a qual passava pelo processo de redemocratização, e no cenário externo, com a derrocada do socialismo e a vitória do capitalismo, as quais modificavam o reordenamento das relações internacionais (CERVO; BUENO, 2011). É no contexto dessa nova realidade sistêmica e estrutural, tanto interna quanto externa, que a ABC começa as suas operações, concentrando dentre as suas incumbências a de reger um dos recursos mais indispensáveis da política externa do Brasil e poderoso instrumento de *soft power*, a Cooperação Técnica (ALMINO; LIMA, 2017).

Em sua fase inicial, a ABC integrava a estrutura organizacional da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), sendo que apenas em 1995 a Agência deixa de ser órgão específico da Fundação. Contudo, atualmente a ABC é subordinada a Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial, a qual faz parte do Conselho de Administração Superior da FUNAG e detém a prerrogativa de sugerir publicações e eventos concernentes à política externa brasileira na área de cooperação internacional (ALMINO; LIMA, 2017). Além disso, compõem a estrutura operacional da ABC: a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD), a Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral (CGCB), a Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral (CGCM) e a Coordenação Geral de Administração e Orçamento Geral da ABC (CGAO), conforme o organograma a seguir:

### Organograma 1 – Estrutura Organizacional da Agência de Cooperação Técnica



Fonte: ABC ([2015])

O PNUD desempenhou papel importante no processo de consolidação da ABC, pois auxiliou na formação e na capacitação do corpo de profissionais que comporiam a Agência. Além disso, foi com o apoio do PNUD que se estabeleceu a Unidade de Administração de Projetos (UAP), em 1990, a qual tinha por objetivo

[...] fortalecer a capacidade gerencial e administrativa da Agência Brasileira de Cooperação na execução de projetos de cooperação técnica internacional, absorvendo experiências e conhecimentos do PNUD para gradualmente assumir a administração unificada dos projetos (MILANI, 2017, p. 32).

Ainda com relação ao PNUD, “[...] o primeiro acordo da história assinado entre a instituição com um país em desenvolvimento ocorreu em 2010, e foi firmado com o Brasil, o chamado ‘Acordo Quadro de CSS’” (ALMINO; LIMA, 2017, p. 51).

O tradicional formato de CNS paulatinamente foi dividindo lugar com outros modelos, e desde a criação da ABC, o Brasil passou a atuar como prestador de cooperação em diversas áreas, sobretudo naquelas que possui nível de excelência e reconhecimento internacional. A relação dos principais países que recebem a cooperação brasileira mostra que há uma concentração de parcerias especialmente com países da América Latina, Caribe e nações do continente africano (cujo idioma é a língua portuguesa). Contudo, tais associações, embora mais expressivas, não são as únicas (ALMINO; LIMA, 2017). Ademais, além dos benefícios concedidos a outros países por meio do compartilhamento de políticas exitosas em áreas, como combate à fome, inclusão social, educação, entre outras, a cooperação internacional representa para o Brasil um caminho para alçar maior projeção internacional, e em muitos casos, culmina em externalidades positivas para o País.

Logo, as experiências adquiridas pelo Brasil em busca de seu próprio desenvolvimento e os conhecimentos técnicos, oriundos em muitos casos de parcerias com outros países, formam parte do leque de ações de cooperação técnica desenvolvidas em outras nações. Entretanto, fica evidente que a cooperação técnica prestada pelo Brasil não se classifica como assistencialista, e tão pouco visa ganhos pecuniários; pretende, pois, por meio de parcerias técnicas, que o país receptor adquira as condições institucionais de receber e aplicar o conhecimento oferecido. Nesse sentido, a ABC, que iniciou sua atuação em um cenário no qual o Brasil era mais receptor de cooperação, atualmente conduz sua ação em um contexto onde prevalece a dinâmica de intensa cooperação prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento. Cabe ressaltar o aspecto da cooperação técnica internacional como uma importante ferramenta no campo política externa brasileira, e, assim sendo, a considerável relevância que possui a ABC.

#### 1.4 AS COOPERAÇÕES TÉCNICAS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo teve como propósito apresentar um panorama teórico sobre cooperação internacional de maneira geral, bem como o histórico e as modalidades da CSS, além de realizar considerações acerca do órgão responsável pela CSS brasileira, a ABC. Com isso, intencionou-se mostrar a cooperação sobre a ótica teórica tradicional das relações internacionais, por meio das correntes realista e liberal, caminhado até as abordagens mais recentes, sobretudo a neoliberal institucionalista, e considerando a relevância de certos mecanismos, como as instituições e a criação de regimes, os quais

facilitam o processo de cooperação. A seção destinada à CSS forneceu um breve levantamento histórico seguido de explicação sobre duas vertentes: a cooperação técnica e a triangular, pois fazem parte das modalidades de cooperação presentes no Centro de Excelência contra a Fome, objeto de estudo deste trabalho. Por fim, compõe o quadro de referência sobre a CSS a ABC.

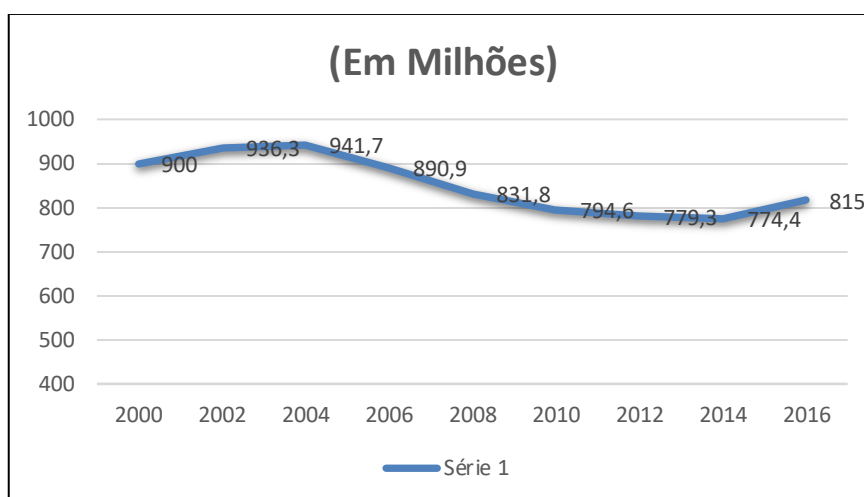
Além disso, o presente capítulo teve o objetivo de fornecer subsídios ao leitor para a compreensão teórica e conceitual da CSS ao mesmo tempo que cumpriu um dos objetivos específicos propostos neste trabalho.

O próximo capítulo trata das instituições e dos programas brasileiros destinados à segurança alimentar e nutricional, com ênfase nas políticas sociais de acesso à alimentação que alçaram sucesso no plano doméstico, e têm servido de inspiração para outros países em desenvolvimento, por meio da CSS realizada no âmbito do Centro de Excelência contra a Fome.

## 2 A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: DAS INSTITUIÇÕES ÀS POLÍTICAS NACIONAIS DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO

Um dos principais problemas que assola o mundo, sobretudo os países em desenvolvimento, é a problemática da fome e miséria extrema. Estimativas da ONU apontam que em 2016 cerca de 815 milhões de pessoas, o equivalente a 11% da população global, foram acometidas pela fome, sendo que esse cenário se deve em parte ao aumento de conflitos violentos e as cada vez mais pertinentes mudanças climáticas (ONUBR, 2017a). Conforme o gráfico a seguir, esse número cresceu em relação aos anos imediatamente anteriores que tinham sido de declínio:

**Gráfico 1** – Número de Pessoas Afetadas pela Fome de 2000 a 2016



Fonte: FAO (2017, p. 5)

Nesse contexto, o Brasil sustenta o desafio em sua política interna de erradicar a fome, ao mesmo tempo que apresenta em sua política externa alguns importantes avanços já alcançados nessa área, os quais podem ser compartilhados em benefício de outros países em desenvolvimento. Segundo Alan Bonjanic, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil:

Hoje, o Brasil é um país de referência em políticas públicas de combate à fome. Mas para que continue no caminho certo e atinja a meta até 2030, é necessário que os investimentos em políticas públicas focadas às populações mais vulneráveis continuem acontecendo de maneira efetiva (ONU, 2017).

Diante disso, o presente capítulo objetiva apresentar breve panorama da evolução do conceito de SAN no Brasil, a princípio pontuando alguns órgãos e suas respectivas atribuições, em seguida as políticas públicas nacionais de acesso à alimentação que são referência na esfera internacional, especialmente aquelas que são compartilhadas por meio da cooperação estabelecida na esfera do Centro.

## 2.1 PANORAMA DA EVOLUÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO BRASIL

A desigualdade social e econômica é traço marcante na sociedade brasileira desde seus primórdios. A possessão estrangeira na qual “[...] coexistiam sempre uma prosperidade empresarial, que às vezes chegava a ser a maior do mundo, e uma penúria generalizada da população local” (RIBEIRO, 2014, p. 404) bem como a manutenção prolongada da escravatura, mesmo quando outras nações latino-americanas em semelhantes condições já haviam adotado a abolição, são exemplos que demonstram as bases excludentes da formação da nacionalidade brasileira (PINO, 2013).

Esse cenário de profunda desigualdade não sofreu significativas mudanças até o ano de 1930, período em que o médico pernambucano Josué de Castro publicou seu estudo relacionado à problemática da fome intitulado: *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil* (1932), seguido, nas décadas subsequentes, de outras obras concernentes ao tema, *A Geografia da Fome* (1946) e *A Geopolítica da Fome* (1951). A relevância das obras de Castro se traduz em sua influência teórica na formulação do salário mínimo, pois em seu *Inquérito sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Recife* o autor “[...] associa a fome à produtividade do trabalhador e aborda a dimensão social da fome e das doenças” (SISAN, 2011, p. 15), tornando-se essa obra uma das bases para elaboração do salário mínimo, o qual entrou em vigor efetivamente em 1º de maio 1940, por meio do Decreto-Lei nº 2.162.

Assim sendo, é a partir de 1930 que pequenas mudanças começam a acontecer no sentido de incluir as questões relativas à fome e à pobreza na agenda do Estado. A década seguinte é marcada pela criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), com o qual “[...] estabeleceu-se, pela primeira vez, uma estratégia de combate à fome no Brasil por meio da construção de restaurantes populares e da oferta de alimentos básicos em centros urbanos” (PINTO, 2014, p. 7). Em nível internacional,

na histórica aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, é reconhecido à pessoa o direito a um nível de vida suficiente que lhe assegure o acesso à alimentação.<sup>4</sup> Ademais, destaca-se, no Brasil, em março de 1950, a instituição da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CME), sendo que a Campanha se mantém até os dias de hoje, embora com modificações.

O Golpe Militar em 1964 conduziu o País a uma política interna voltada para crescimento econômico e para a superação do subdesenvolvimento, contudo, a situação de pobreza e de fome que assolava a maioria da população era negligenciada, pois o pensamento dominante consistia em “[...] que o próprio crescimento econômico proporcionaria distribuição automática da renda, com a difusão de seus benefícios aos segmentos da população menos favorecidos” (PINTO, 2014, p. 9). Todavia, ainda durante o Regime Militar, em 1972 foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), seguido pelo II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), em 1976.

Inicia-se em 1985 o período político histórico conhecido como Nova República, no qual ocorre um ressurgimento da temática da fome e pobreza, devido em parte à pressão exercida por manifestações sociais, que começam a reivindicar ações mais efetivas do governo bem como a realização de significativas conferências e eventos destinados ao debate de políticas de promoção social. Diante disso,

[...] no ano de 1985, três instrumentos específicos de política social foram lançados: o Plano Subsídios para a Ação Imediata contra a Fome e o Desemprego, elaborado pela Comissão para o Plano do Governo; as Prioridades Sociais para 1985 e as Prioridades Sociais para 1986 (VASCONCELOS, 2005, p. 449).

O retrocesso dos anos 1990, com a extinção de vários programas de alimentação e nutrição contrasta com uma mobilização ainda mais intensa de setores da sociedade civil e suas demandas por mudanças na esfera política. O estabelecimento do *Movimento pela Ética na Política* foi pano de fundo para a criação da organização não governamental Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), “[...] criada em 1993, que deu contribuições na produção de documentos importantes no período” (SISAN, 2011, p. 17). Com o impeachment do Presidente Fernando Collor,

---

<sup>4</sup> Art. 25 1. “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade” (ONU, 1948).



assume a Presidência da República Itamar Franco, que lançou, durante seu governo, o Plano de Combate à Fome e à Miséria e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 18 de abril de 1993. Contudo, logo no início do governo seguinte, em 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso extingue o CONSEA e anuncia a criação do Programa Comunidade Solidária.

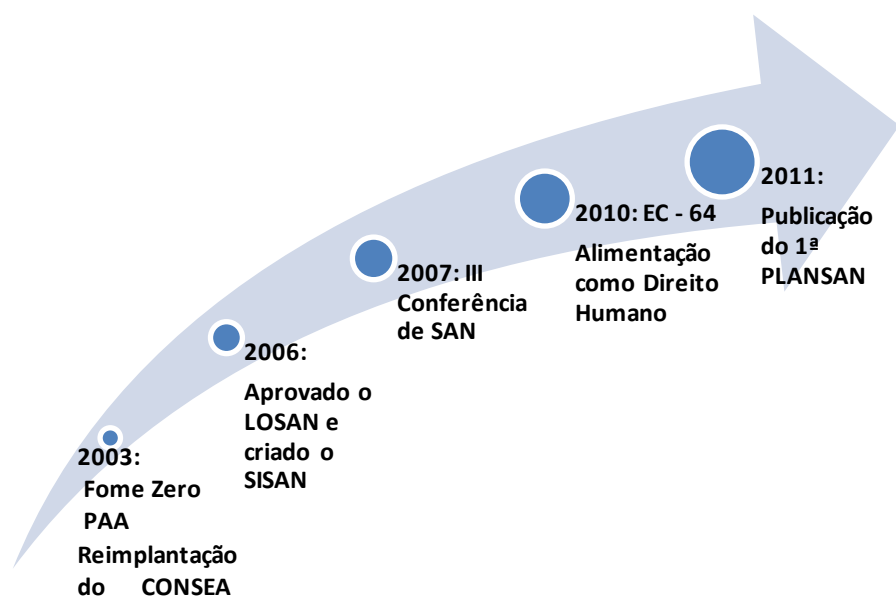
O segundo mandato de Fernando Cardoso (1998–2002) é marcado pela criação, em 1999, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e também do Programa Bolsa Alimentação, o qual:

[...] visa à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até R\$90,00 per capita, mediante a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e o fomento à realização de ações básicas de saúde. Cada família beneficiária recebe de R\$15,00 a R\$45,00 por mês, dependendo do número de beneficiários, por meio de saque com cartão magnético em agências da Caixa Econômica Federal (VASCONCELOS, 2005, p. 449).

Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) sucedeu a Fernando Henrique no comando do País tendo como um dos instrumentos que o levaram à presidência, e posteriormente se tornaram um dos legados mais marcantes de seu governo, o Projeto Fome Zero. No mesmo ano da posse do então presidente, é recriado o CONSEA, e estabelecido o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Ademais, é instituído o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004, o qual “[...] passa a responder pelas políticas de Segurança Alimentar e de transferência de renda, pela política nacional de assistência social e pela política nacional de desenvolvimento social” (CAISAN, 2011, p. 21). A Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) é aprovada em 2006, e cria o sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Em termos de participação social, ocorre em 2007 a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual conta com expressivo número de delegados oriundos da sociedade civil. A inclusão do Direito à Alimentação no artigo 6<sup>a</sup> da Constituição Federal de 1988 é fato memorável de 2010. Por fim, é aprovado o 1<sup>o</sup> Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2011, o qual “[...] é reconhecido como um importante instrumento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (CAISAN, 2011, p. 2).

## Infográfico 1 – Histórico do Processo e Marcos Legais



Fonte: CAISAN ([2018])

Algumas atualizações pertinentes à segurança alimentar e nutricional brasileira ocorrem desde 2011, dentre elas, a alteração do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que foi transformado, em maio de 2017, em Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sendo que o órgão fornece suporte ao funcionamento do SISAN, e, além de suas atribuições na coordenação de ações voltadas ao combate à pobreza extrema, também “[...] é responsável pelo maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, o Programa Bolsa Família, que beneficia diretamente cerca de 50 milhões de pessoas” (MDS, 2015). Ademais, o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) foi elaborado, dentre outras contribuições, a partir das deliberações da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil.

Logo, a próxima seção apresentará com mais detalhes a criação, estrutura, funcionamento e atribuições do SISAN, do CONSEA e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), respectivamente.

## 2.2 O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN)

O SISAN foi instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, também denominada de LOSAN. A importância dessa lei não se limita à criação do SISAN,

pois, ela também afirma em sua composição o Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar (DHAA) “[...] como princípios que a orientam e como fins a serem alcançados através de políticas públicas” (CAISAN, [2018], p. 25). Assim, o SISAN expressa os princípios, normas e objetivos definidos pela LOSAN e tem na promoção do DHAA a sua mais importante incumbência, cabendo ao Estado “[...] em sua concepção mais abrangente, se organizar para garantir aos que habitam no Brasil o acesso à alimentação adequada e aos meios necessários para obtê-la” (CASAN, [2018], p. 25).

A composição do SISAN e seu funcionamento em harmonia com todos os órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios é condição básica para a consecução de seu propósito maior. Essa condição integrativa abrange também a participação da sociedade civil, a qual opina na etapa de formulação bem como auxilia no controle das ações posteriormente acordadas. Desse modo, a estrutura do SISAN é composta: da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), dos órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e, por fim, por instituições privadas (CAISAN, 2011a, p. 29).

## **Organograma 2** – Estrutura do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)



Fonte: CAISAN (2011, p. 30)

Sendo essa a composição do SISAN, a totalidade de seus objetivos consiste em:

- Formular, articular e implementar, de maneira intersetorial e com a participação da sociedade civil organizada, políticas, planos, programas e ações de segurança alimentar e nutricional em âmbitos nacional, estadual e municipal, com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).
- Monitorar e avaliar as mudanças que ocorreram na área de alimentação e nutrição; e verificar o impacto dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional sobre a população a qual se destinava a política (CAISAN, [2018]).

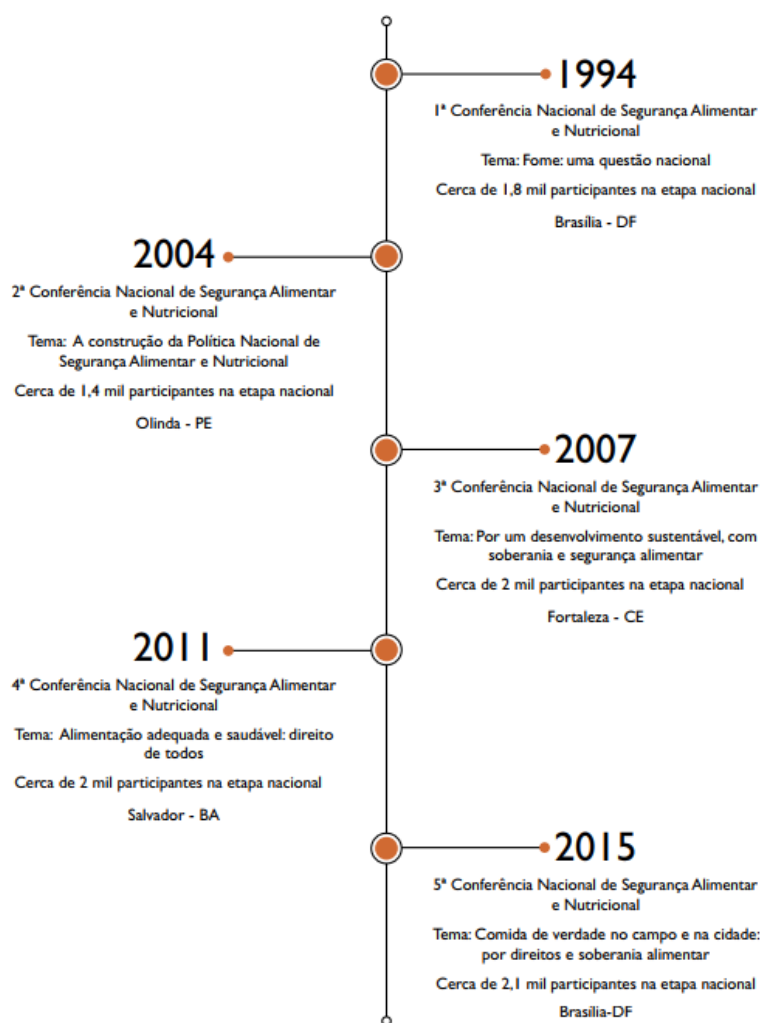
### **2.1.1 A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)**

A realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) consiste em um pilar fundamental para o SISAN, uma vez que dela derivam as diretrizes e prioridades da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do PLANSAN. Nesse contexto, o PNSAN tem como instrumento o PLANSAN, o qual é elaborado pela CAISAN em parceria com o CONSEA a partir das discussões e demandas levantadas na CNSAN. Nesse sentido, já foram elaborados dois Planos Nacionais, respectivamente o I PLANSAN (2012–2015), e o II PLANSAN (2016–2019), sendo que “[...] neles estão previstas as diferentes ações do governo federal que se propõem a respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada para todas as pessoas que estão no Brasil” (CAISAN, 2016, p. 12).

As CNSAN ocorrem com intervalo de aproximadamente quatro anos e contam com a participação de representantes da sociedade civil oriundas de todas as regiões do País bem como de agentes do Estado. Sua composição é de: um terço de representantes governamentais (podem ser das instâncias federal, estadual ou municipal) e dois terços de representantes da população (MACHADO, 2017). Nesse sentido, cabe ressaltar a profunda relevância do fato dos participantes da sociedade civil se distribuírem pelas diferentes regiões do Brasil, pois isso enriquece o debate apresentando visões distintas, cada qual com demandas e necessidades específicas de seu local de origem, permitindo, assim, a construção de um documento final que contemple uma visão ampla e ao mesmo tempo específica das melhores políticas de segurança alimentar e nutricional a serem seguidas no Brasil.

Ademais, já foram realizadas cinco CNSAN, respectivamente nos de 1994, 2004, 2007, 2011 e 2015, sendo que a última teve número recorde de participantes, contabilizando um total de 2,1 mil pessoas na etapa nacional.

### Infográfico 2 – Histórico das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)



Fonte: CONSEA (2015, p. 6)

#### 2.2.2 O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Um dos órgãos que integra a estrutura do SISAN é o CONSEA. O Conselho faz parte da estrutura de políticas de combate à fome primeiramente no governo de Itamar Franco, sendo extinto, contudo, em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e recriado, em 2003, no mandato de Lula da Silva.

O CONSEA é um órgão de aconselhamento imediato da Presidência da República, e, além disso, possui a incumbência de vincular o governo e sociedade civil. Sendo assim, sua composição é de dois terços dos representantes oriundos da sociedade civil e um terço dos representantes provenientes das esferas governamentais, e ainda dispõe de: Secretária Geral, Secretária Executiva, Mesa Diretiva, Comissão Permanente de Trabalho e Comissão de Presidentes de Conselho Estaduais e do Distrito Federal de Segurança Alimentar e Nutricional. Concernente à atuação do CONSEA, se dá em caráter consultivo, cabendo a instituição monitorar e avaliar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, a fim de, em parceria com o SISAN, promover a realização do DHAA (MACHADO, 2017).

A partir disso, destaca-se o papel exercido pelo CONSEA no sentido de apresentar à Presidência da República as demandas e também a articulação efetiva entre o Poder Público e a sociedade civil organizada. Ademais, como pontua Brasil (2013, p. 86):

[...] o fato de o CONSEA poder emitir orientações e recomendações para a Presidência da República, tanto sobre assuntos internos quanto para as matérias de negociação internacionais que possam interferir, de alguma forma, na segurança alimentar internacional, é inovador e se consolida como um canal de diálogo entre governo e sociedade, se traduzindo na consolidação das práticas democráticas no país.

### **2.2.3 A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)**

A CAISAN foi criada pelo Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, e faz parte da estrutura do SISAN, dispondo do seguinte organograma: Pleno Ministerial, Presidência, Secretaria-executiva, Comitês Técnicos e Comitês Gestores (CAISAN, [2007]). Dentro dessa estrutura cabe ressaltar o papel da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), pois ela realiza e compartilha com o Centro de Excelência contra a Fome informações e expertises sobre programas de desenvolvimento social (CENTRO, [2018]).

A CAISAN, juntamente com o CONSEA e a partir das deliberações das CNSAN, auxilia no processo de elaboração do PLANSAN. Além disso, a CAISAN é presidida pelo secretário-geral do CONSEA, cargo ocupado pelo ministro do Desenvolvimento Social e Agrário. Ademais, a CAISAN é composta por órgãos federais que integram a representação governamental do CONSEA e tem como

principais incumbências: elaborar, coordenar e averiguar o andamento das ações previstas no PLASAN (CONSEA, 2017).

Destarte, esse último tópico completou a descrição teórica acerca do SISAN, apontando as características de seus principais integrantes, sendo eles respectivamente, A Conferência, o Conselho e a Câmara. Logo, a próxima seção visa a completar o entendimento a respeito da segurança alimentar e nutricional brasileira, apresentando as políticas de acesso à alimentação que têm auferido resultados satisfatórios no plano nacional ao ponto de serem transferidas para outros países, respeitando as particularidades e sendo ajustadas de acordo com as necessidades do país que visa a implementá-la.

### 2.3 A DEMANDA ESTRUTURADA BRASILEIRA

A fim de complementar o estudo iniciado na seção anterior, nesta é realizada descrição das políticas sociais brasileiras de acesso à alimentação. A escolha das políticas não se fez de forma aleatória, ao contrário, buscou-se apresentar aquelas com maior relevância no âmbito do Centro de Excelência contra a Fome. Nesse sentido, também não se realizou um estudo exaustivo, dada a multipluralidade de ações do Governo nessa área, certamente importantes políticas não foram contempladas neste estudo.

Em suma, os critérios aqui utilizados foram, em primeiro lugar, a relevância das políticas sociais no contexto do Centro de Excelência, em seguida, a abrangência nacional dessas políticas. Dito isso, cabe ressaltar, também, que apesar de o Centro compartilhar o conhecimento brasileiro sobre diversas áreas de acesso à alimentação –, como transferência de renda – seu propósito maior tem se concentrado e se consolidado em programas de alimentação escolar.

O Brasil apresenta índices de sucesso em suas ações de combate à fome e à pobreza extrema. Em 2014, por exemplo, o País deixou de fazer parte do Mapa da Fome da FAO, considerando-se que menos de 5% de sua população faziam parte do grupo em estado de insegurança alimentar (MDS, 2015). Essa conquista e outras nesse sentido são uma expressão das ações implementadas pelo governo, sobretudo, a partir de 2003, voltadas à promoção de políticas públicas para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto, segundo Daniel Balaban, dentre as iniciativas brasileiras de combate à fome e à miséria se destacam aquelas que vinculam a oferta dos produtos da agricultura familiar à aquisição institucional de tais produtos pela rede de assistência social. Assim, ocorre o fenômeno denominado pela Fundação Bill e Melinda Gates de “demanda estruturada”.

A demanda estruturada consiste em conectar uma fonte de demanda grande e previsível por produtos agrícolas a agricultores familiares com o objetivo de reduzir riscos, incentivar a melhora da qualidade dos produtos e do processo produtivo como um todo, de modo a aumentar a renda dos agricultores familiares e reduzir a pobreza (BALABAN, 2013, p. 8).

Desse modo, o governo brasileiro realiza a compra de alimentos de agricultores familiares, estimulando a produção de pequena escala e gerando um crescimento agrícola inclusivo, com mais estabilidade de preços e conseqüentemente proporcionando mais garantias para o pequeno agricultor (CENTRO, [2014]).

A demanda estruturada brasileira possui abrangência nacional e pode ser fonte de aprendizado para outros países, sobretudo para aqueles que também estão em vias de desenvolvimento. Diante disso, esta seção apresenta dois programas sociais brasileiros que, devido a seus resultados positivos, servem de modelo para outras nações, por meio do compartilhamento do conhecimento e prática brasileira por intermédio da parceria com o Centro de Excelência contra a Fome, os quais são: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, respectivamente.

### **2.3.1 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

O PNAE atende a todos os alunos matriculados nas escolas públicas brasileiras e é internacionalmente reconhecido como um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Contudo, o PNAE passou por um processo de aperfeiçoamento e foi sendo modificado até chegar as características atuais. Assim, a CME, criada em 31 de março de 1955, é considerada o plano inicial de instituição da merenda para os alunos da rede pública de ensino, e nessa primeira fase do programa houve a contribuição do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI). Entretanto, não havia regularidade no fornecimento da alimentação, tampouco a preocupação com a aceitabilidade dos alimentos que eram ofertados (ARANHA, 2010).



Na segunda etapa de avanço do programa, em 1965, o nome passou a ser Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), porém as ajudas internacionais continuaram, e, a partir daquele ano, com recursos provenientes da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU, dentre outros. Em um terceiro momento, já na década de 1970, a compra dos alimentos fornecidos para as escolas começa a ser prioritariamente de indústrias nacionais. Nessa mesma década, destaca-se a mudança do nome do Programa para PNAE, denominação utilizada até os dias de hoje (ARANHA, 2010).

A Constituição Federal de 1988 foi fundamental para o tema alimentação escolar ganhar mais força e visibilidade, pois ela promulga “[...] o direito universalizado à alimentação escolar a todos os alunos de ensino fundamental da rede pública, a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais” (ARANHA, 2010, p. 94). Ademais, a descentralização do programa – que desde sua criação até 1993 era centralizada – consistiu em outro importante avanço, sendo que a descentralização concedia a possibilidade de cada região adquirir alimentos adequados a seus próprios hábitos; além disso, proporcionou a abertura de oportunidades ao comércio e agricultura local (ARANHA, 2010).

A partir de 2003, o PNAE, influenciado pela introdução de novas políticas de proteção e desenvolvimento social, especialmente a Estratégia Fome Zero, inicia um novo ciclo e passa a abarcar novos objetivos, como contribuir para a melhoria do rendimento escolar e formar hábitos alimentares saudáveis nos alunos:

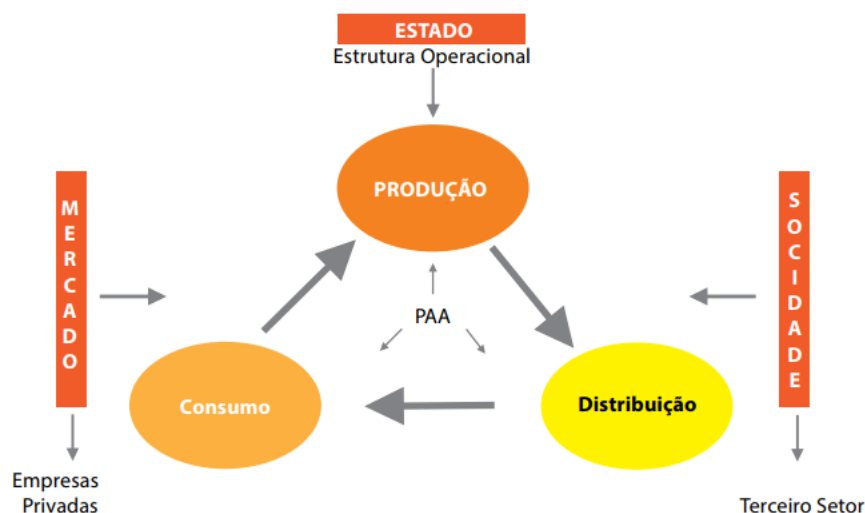
No bojo das inúmeras construções conceituais que estavam acontecendo, sobretudo a partir da orientação de governo explicitada na estratégia Fome Zero, a alimentação escolar começou a adquirir um caráter mais efetivamente relacionado ao contexto do processo ensino-aprendizagem e assumir a dimensão de prática pedagógica, de ação educativa, visando à promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional (ARANHA, 2010, p. 95).

### **2.3.2 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

Instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, o PAA faz parte do arcabouço de estratégias implementadas durante o governo Lula e compõe o conjunto de iniciativas do Projeto Fome Zero, sendo que o PAA complementa as ações públicas no âmbito da política agrária e da segurança alimentar (DELGADO; CONCEIÇÃO;

OLIVEIRA, 2015). O PAA é financiado por recursos da Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do MDS, juntamente com a colaboração dos estados, municípios e com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (SEAD, [2018]). Entretanto, apesar de o PAA possuir financiamento federal, sua execução ocorre de forma descentralizada (Organograma 3).

### Organograma 3 – Sistema Descentralizado de Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Nehring e Mckay (2013, p. 8)

Assim sendo, o PAA consiste na compra de alimentos da agricultura familiar a fim de suprir as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que é realizada a formação de estoques da produção para venda em ocasiões futuras, ou seja, o PAA apresenta duas finalidades fundamentais: a promoção do acesso à alimentação e o incentivo a agricultura familiar (PAA, [2018]). Nesse contexto, o governo adquire os produtos diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais (SEAD, [2018]).

Ademais, o PAA foi vinculado com PNAE, em 2009, por intermédio da nova Lei da Alimentação Escolar, Lei nº 11.947, de 16 de junho, a qual determinou que Estados e Municípios devem gastar pelo menos 30% dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de alimentos produzidos pelo pequeno agricultor (ARANHA, 2010).

### **3 O CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME**

O Brasil tem concentrado esforços na construção de mecanismos de combate à fome e à miséria por meio do aprimoramento de seu sistema de segurança alimentar e nutricional, criação de políticas sociais inclusivas, distribuição de renda, fortalecimento do pequeno produtor rural, dentre outras. O resultado de tais ações tem se mostrado positivo, apesar de ainda não ser suficiente para atender a totalidade da população em suas mais distintas necessidades. Nesse sentido, as políticas sociais brasileiras têm despertado o interesse internacional sobre como ocorre seu funcionamento e aplicabilidade e sobre a possibilidade de auferir delas aprendizado com vistas a transferi-las para outros países.

Diante disso, o presente capítulo objetiva apresentar e analisar o Centro de Excelência contra a Fome, o qual atua como um canal que facilita o acesso dos países interessados em aprender com as experiências brasileiras em políticas de proteção social.

Este capítulo visa a analisar a participação do Brasil bem como a CSS que ocorre no âmbito do Centro de Excelência.

Assim, o capítulo tem a seguinte organização: a primeira seção apresenta o Centro de Excelência, seus pilares formadores e sua atuação de forma geral; a segunda mostra a evolução do Centro por meio de análise dos relatórios; e por fim, analisa-se a participação do Brasil e a CSS no âmbito do Centro.

#### **3.1 A CRIAÇÃO E A ATUAÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME**

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU) é uma agência que trabalha desde 1964 fomentando ações de combate à fome e de redução da pobreza mundial. O PMA atua tanto em situações de emergência, fornecendo alimentos a populações de risco e insegurança alimentar, quanto na criação e manutenção de projetos que proporcionem condições de acesso à alimentação a longo prazo. Nesse contexto, destaca-se, dentre as iniciativas do PMA no campo da segurança alimentar e nutricional, a parceria firmada com o Governo brasileiro, da qual resultou o Centro de Excelência contra a Fome.

O Centro de Excelência possui sede em Brasília e foi fundado em 2011 com a proposta de ser, segundo Daniel Balaban, diretor do Centro: “[...] um fórum global para diálogo de políticas e aprendizagem Sul-Sul sobre programas de alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional” (CENTRO, 2013, p. 5). Portanto, o Centro de Excelência é o resultado da união do já consolidado trabalho do PMA em ações de erradicação da fome ao nível global com as experiências brasileiras bem-sucedidas de acesso à alimentação, sobretudo os programas delineados no capítulo anterior, de fomento à produção agrícola familiar como o PAA e de fornecimento de merenda de qualidade nas escolas da rede pública de ensino como o PNAE.

Nesse contexto, o Centro fornece assistência técnica, aconselhamento sobre políticas e programas e auxilia os países participantes, que são, sobretudo, oriundos da África, da Ásia e da América Latina, a desenvolverem seus próprios programas e ações de combate à fome e à pobreza. Além disso, um dos eixos de trabalho do Centro consiste nas visitas de estudos, as quais visam a apresentar o modelo brasileiro às nações do hemisfério Sul, para que analisem, à luz de suas próprias realidades e desafios, a possibilidade de apreender com a experiência brasileira e assim implementar, de acordo com as particularidades e necessidades de seu país, suas próprias políticas nacionais:

A partir da visita de estudo, cada país determina um plano de ação, com metas e prazos, e o Centro de Excelência oferece apoio continuado para garantir que esse plano seja efetivado e que os países iniciem de fato um processo de elaboração e implementação de programas nacionais de alimentação escolar, com uso de alimentos produzidos localmente (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2013, p. 6).

O plano de ação é elaborado considerando cinco aspectos: quadro legal e político; capacidade financeira; capacidade institucional e de coordenação; desenho e implementação; e participação comunitária (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2013, p. 13). Também faz parte das recomendações contidas no plano de ação a descrição das experiências brasileiras e a análise da situação atual do país visitante bem como os requisitos que devem ser seguidos a fim de que o país tenha condições de elaborar suas próprias iniciativas criação e fomento da alimentação escolar e demais programas de combate à fome e à pobreza.

O estágio seguinte ao plano de ação é o apoio continuado oferecido pelo Centro de Excelência aos países que se tornam parceiros. Logo, o apoio continuado consiste em

um suporte para o desenvolvimento de programas de alimentação ou outras ações que visem à proteção social, além disso, “[...] o apoio continuado pode incluir a contratação de consultores para ajudar na elaboração dos programas, a realização de seminários nacionais para debater e validar os programas desenhados, e visitas técnicas de avaliação e monitoramento” (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2013, p. 19).

Tendo em vista que um dos principais objetivos do Centro de Excelência é a disseminação da ideia de programas nacionais de alimentação escolar como ferramenta fundamental de combate à fome, o Centro também investe esforços em ações de *advocacy*:

A equipe do Centro participa de eventos em todo o mundo, recebe representantes de países e instituições interessados em conhecer o trabalho desenvolvido no Centro e elabora avaliações de programas de alimentação escolar existentes para sugerir formas de aprimorá-los. O Centro também troca experiências com outras instituições da cooperação internacional interessadas em cooperação trilateral (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2013, p. 29).

Ademais, a CSS é o ponto focal do Centro de Excelência, pois é por intermédio dela que ocorre o compartilhamento das experiências brasileiras com os países em desenvolvimento, sendo que o câmbio desse conhecimento tende a beneficiar todas as partes envolvidas. Nesse sentido, o Centro também atua como uma terceira parte no processo de cooperação, configurando em muitos casos uma modalidade de cooperação triangular. Diante disso, o Centro de Excelência conta com a parceira estratégica da ABC em todo o processo de negociação, implementação e coordenação de seus projetos de cooperação.

### 3.2 A EVOLUÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME DE 2013 A 2016

A partir de 2013, o Centro de Excelência contra a Fome passou a divulgar relatórios anuais a fim de tornar pública e acessível a sua atuação, delineando os projetos executados e em andamento, bem como quais são os países que compõem seu espectro de parcerias. Os relatórios contêm informações sobre as visitas de estudos, os programas de fortalecimento de capacidades, além de apontar os desafios e as perspectivas para o futuro. Diante disso, eles configuram ferramentas que auxiliam na

análise da atuação do Centro de Excelência, da participação do Brasil com suas políticas e da CSS brasileira em segurança alimentar e nutricional. Observando os relatórios, também é possível identificar os avanços das modalidades de trabalho do Centro e as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos anos.

Assim sendo, nesta seção se visa a expor os relatórios elaborados pelo Centro de Excelência, referentes respectivamente aos períodos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Objetiva-se demonstrar brevemente os principais eixos de atuação do Centro e como ocorreu a ao longo dos anos e como essa evolução influenciou positivamente a CSS na área de segurança alimentar e nutricional com os países em desenvolvimento participantes dos projetos do Centro.

### **3.2.1 Relatório Anual 2013**

O *Relatório Anual 2013* foi a primeira publicação do Centro de Excelência contra a Fome detalhando o trabalho desenvolvido ao longo do ano. A publicação traz a relação das atividades que foram realizadas a cada mês do ano de referência, indicando os países que visitaram o Brasil e as ações que foram iniciadas ou continuadas com cada um deles. Desse modo, o Centro recebeu em 2013 dez visitas de estudo, para nove países.

Nas visitas de estudo foi possível conhecer as propriedades rurais produtoras dos alimentos utilizados nas escolas públicas da própria região, bem como participar de reuniões com os diferentes ministérios brasileiros responsáveis pelos programas de alimentação escolar, segurança alimentar e combate à extrema pobreza. Assim, as delegações puderam conhecer de forma ampla as experiências brasileiras em alimentação escolar e combate à fome à pobreza. Além disso, o Centro de Excelência participou, dentre outros, de fóruns e de seminários internacionais, realizou visitas técnicas, esteve presente em eventos a convite de países interessados em firmar parcerias (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2013).

### **3.2.2 Relatório Anual 2014**

O *Relatório Anual 2014* evidenciou o aumento da demanda pela atuação do Centro de Excelência, e esse fato se refletiu na necessidade de ampliação da unidade de pesquisas (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2014). Também cresceu

o número de parcerias firmadas entre o Centro e outros organismos, além do fortalecimento de acordos que já existiam. Nesse sentido, as parcerias eram tanto com organismos internacionais quanto com o Governo Federal. Foi também no ano de 2014 que o Brasil deixou de fazer parte do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, evidenciando que as políticas públicas brasileiras “[...] de fato tiveram impacto profundo na sociedade brasileira e ampliaram ainda mais o interesse dos países na cooperação sul-sul com o Brasil, através do Centro de Excelência contra a Fome do PMA” (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2014, p. 9).

Em termos quantitativos, em 2014 o Centro recebeu visitas de estudo para onze países distribuídos entre África, Ásia e América Latina, totalizando, desde sua fundação, visitas de estudo para 34 países (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2014).

Concernente às mudanças implementadas em relação ao ano anterior, em 2014 o Centro de Excelência instituiu as chamadas “visitas de estudo conjuntas”, as quais têm como objetivo fundamental promover o intercâmbio de experiências e a troca de informações entre os próprios países visitantes além do Brasil, haja vista que “[...] essa estratégia fortalece e amplia a cooperação sul-sul promovida pelo Centro entre países da África, Ásia e América Latina” (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2014, p. 15).

### **3.2.3 Relatório Anual 2015**

Em 2015, o *Relatório Anual* descreveu os vários avanços do Centro de Excelência e algumas mudanças implementadas na metodologia de trabalho. A cooperação técnica do Centro que desde 2011 estava centrada na alimentação escolar, começou a abarcar também a troca de experiências e a assistência técnica em outros programas de desenvolvimento e proteção social (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2015). Na área de trabalho do Centro, foi destaque o fomento a redes regionais e a locais de colaboração, especialmente aquelas acordadas entre países africanos. Além disso, uma metodologia de trabalho baseada em assistência técnica à distância foi introduzida no escopo de atuação do Centro.

Se nos primeiros anos de atuação do Centro o foco estava em mostrar aos governos de países em desenvolvimento que é possível encontrar soluções inovadoras e sustentáveis para a fome e a pobreza, em 2015

o trabalho esteve centrado na assistência técnica direta. De modo geral, essa assistência acontece na forma de missões técnicas, consultoria de especialistas e realização e participação em eventos (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2015, p. 11).

Soma-se às atividades citadas a continuação do trabalho de visitas técnicas, o apoio continuado iniciado nos anos anteriores bem como realização de seminários, conferências, fóruns entre outras ações que fomentem o dialogo acerca da proteção social e segurança alimentar e nutricional. Por fim, a assinatura, em 2015, dos ODS contribui para o fortalecimento das atividades do Centro, já que o segundo ODS, que engloba as questões relativas à fome, é um dos eixos centrais de atuação do Centro de Excelência.

### **3.2.4 Relatório Anual 2016**

A publicação de relatório anual mais recente até o presente momento é o *Relatório Anual 2016*, o qual marca os cinco anos de existência do Centro de Excelência contra a Fome. Essa publicação fornece balanço desse ano de trabalho, e reforça a continuidade dos projetos presentes nos outros relatórios. Nesse sentido, mais uma vez o Centro de Excelência fez parte da organização do Fórum Global de Nutrição Infantil juntamente com o Global Child Nutrition Foundation, que consiste no maior evento na área de alimentação escolar.

Segundo o relatório, as principais áreas de diálogo promovidas pelo Centro, em 2016, estiveram centradas em alimentação escolar, nutrição, desenvolvimento social, fortalecimento de capacidades e pesquisa (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2016).

Nessa publicação, o destaque foi para o aperfeiçoamento e para o fortalecimento da CSS em segurança alimentar e nutricional como um meio para os países em desenvolvimento alcançarem os ODS. Nesse contexto, o relatório anual aponta que a ONU lançara, em 2016, uma publicação intitulada *Boas Práticas em Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável* na qual afirma que boas práticas entre os países do Sul são uma das chaves para a realização dos ODS (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2016, p. 22). Ainda de acordo com o texto da ONU, o Centro de Excelência brasileiro figura como um exemplo de iniciativa em que os países em desenvolvimento cooperam para enfrentar e solucionar problemas comuns.



### 3.3 A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO ÂMBITO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME

Segundo Daniel Balaban, a CSS é o cerne do trabalho desenvolvido pelo Centro de Excelência contra a Fome (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2016, p. 5). De acordo com os relatórios, o Centro fomentou, ao longo de sua trajetória, ações de CSS nas áreas de alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento e proteção social. Além disso, cabe salientar que:

O trabalho de cooperação Sul-Sul realizado pelo Centro contribui para acelerar processos de transformação social ao apoiar a criação de políticas nacionais sustentáveis de proteção social, como políticas de alimentação escolar e de fomento à agricultura familiar (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2015, p. 4).

Nesse contexto, as experiências brasileiras em políticas de segurança alimentar e nutricional despertam o interesse internacional para CSS dado seu caráter multissetorial. Isso significa que no processo de elaboração e de execução das políticas brasileiras, nessa área, ocorre a participação de diferentes setores, como ministérios e a própria sociedade civil. Aliado a isso, o Brasil possui bons resultados em políticas que integram a produção e o consumo de alimentos, fato que atrai a atenção de outros países do Sul que compartilham os mesmos desafios e veem nas conquistas brasileiras inspiração para desenvolver suas próprias políticas de combate à fome e à miséria.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), o qual entrevistou 48 representantes de 24 países africanos, a cooperação com o Brasil foi apontada como fundamental para que ocorra a expansão de projetos na área de proteção social. Os entrevistados “[...] citaram diversas iniciativas da cooperação Sul-Sul — envolvendo o governo brasileiro e a ONU — como propulsoras de mudanças positivas na redução das desigualdades e no combate à fome na África” (ONU, 2016). O documento também cita, dentre outras formas de cooperação, a relevância da cooperação que é desenvolvida no Centro de Excelência.

Os resultados positivos da CSS realizada no âmbito do Centro também têm despertado o interesse de outros países para criarem seu próprio centro e, assim, disseminar suas experiências bem-sucedidas. Esse é o caso da China, que inspirada no modelo brasileiro, criou um centro de excelência similar ao estabelecido no Brasil.

Com vistas a apreender com a experiência brasileira, o país asiático enviou uma delegação ao Brasil para conhecer os programas brasileiros de segurança alimentar e nutricional bem como a metodologia de trabalho do Centro de Excelência no Brasil (CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME, 2007). Segundo o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, “[...] o objetivo do Centro de Excelência do PMA na China é promover a cooperação Sul-Sul para que outros países possam aprender com as experiências da China” (WORD FOOD PROGRAMME, 2016).

### 3.4 A RELEVÂNCIA DO CENTRO DE EXCELÊNCIA

A cooperação técnica internacional entre países em desenvolvimento é um mecanismo fundamental na busca por soluções de desafios comuns enfrentados por essas nações. A troca de experiências e de conhecimento Sul-Sul têm se mostrado vantajosos, pois nessa modalidade o intercâmbio de conhecimento é muito mais fácil de ser implementado – dado as similaridades entre os países – do que no caso Norte-Sul. Contudo, surgem dúvidas por parte de críticos quanto à eficácia da troca de conhecimentos Sul-Sul; alguns questionam se esse fenômeno não seria apenas uma espécie de “turismo de desenvolvimento”, pois missões de curto prazo – muito comuns no processo de cooperação para troca de expertises – não poderiam proporcionar aprendizado o suficiente a ponto de promover mudanças reais em seus países (THE WORD BANK, 2017). Todavia, a experiência brasileira em CSS refuta afirmações como essa.

O País tem investido esforços no fomento do intercâmbio de conhecimento por meio de diversas iniciativas e projetos de cooperação técnica entre países em desenvolvimento e, apesar da carência de dados sistematizados que corroborem o sucesso das parceiras internacionais, o Brasil é um ator relevante no Sul Global, apontado em algumas literaturas como “potência média”, dentre outros fatores, por sua capacidade de influenciar outros países (LEITE, 2011). Nesse contexto, o Centro de Excelência contra a Fome consiste em uma ferramenta de fomento à CSS brasileira, no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional.

Este capítulo teve o propósito de apresentar o Centro de Excelência contra a Fome, sua criação, atuação, como evoluiu seu trabalho entre 2013 e 2016, e alguns fatos que corroboram a sua importância no contexto de influenciar positivamente a CSS. Esse estudo foi importante, pois demonstrou a relevância do organismo para a política externa

brasileira na área de segurança alimentar e nutricional, uma vez que o Brasil participa do trabalho do Centro inspirando outros países com suas políticas de proteção social bem-sucedidas.

Por fim, evidenciou que a atuação do Centro de Excelência não é pautada por uma metodologia assistencialista de transferência de recursos, mas sim pelo fortalecimento de capacidades, disseminação de boas práticas e aprendizagem Sul-Sul.

## 4 CONCLUSÃO

No presente estudo procurou-se descrever e analisar a CSS e a contribuição do Brasil no trabalho desenvolvido pelo Centro de Excelência contra a Fome. Para tanto, foram expostos, em primeiro lugar, as teorias das Relações Internacionais sobre cooperação internacional, conceitos e histórico da CSS e ABC a fim de fornecer uma visão holística da CSS do Brasil.

Em seguida, realizou-se um estudo sobre a segurança alimentar e nutricional do Brasil, pontuando a evolução do tema na agenda nacional, bem como a preocupação que os diferentes governos dedicaram a temática. Diante disso, constatou-se que a partir de 2003 os programas, políticas e ações na área de combate à fome e à miséria se intensificaram. Contudo, o aprimoramento institucional e político ocorreu a longo prazo e não deve ser atribuído a um único governo, mas ao conjunto de iniciativas implementadas no decorrer da história de formação do conceito de segurança alimentar e nutricional brasileira. Nesse contexto, destaca-se a mobilização da sociedade civil e sua integração nas instâncias que tem poder de decisão, como o CONSEA. Com intuito de completar o entendimento sobre a segurança alimentar e nutricional do Brasil, foram expostos dois programas de acesso à alimentação que compõe a chamada demanda estruturada brasileira. O PNAE e o PAA constituem juntos os dois maiores programas de demanda estruturada do Brasil e são objeto de estudo por outros países, os quais se inspiram neles para desenvolver suas próprias políticas de proteção social.

A última parte deste trabalho apresentou o Centro de Excelência contra a Fome, organismo que atua como elo entre as experiências brasileiras bem-sucedidas e as nações interessadas em conhecer as políticas sociais de alimentação escolar e segurança alimentar e nutricional do Brasil. Como foi visto, o Centro de Excelência atua no sentido de fortalecer e ampliar o diálogo Sul-Sul. Para tanto, ele promove e fomenta ações de CSS em temas relacionados à segurança alimentar e nutricional, a partir das experiências do Brasil e do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas. O trabalho desenvolvido pelo Centro de Excelência também contribui com os ODS. Como se viu ao longo deste estudo, o segundo ODS é a erradicação da fome e é o fortalecimento dos meios que permitem que se cumpra a Agenda 2030, dentre os quais figura a modalidade de CSS.

Diante disso, a questão colocada no início deste estudo, a saber: se “o trabalho desenvolvido pelo Centro de Excelência contra a Fome representa um ponto de inflexão

da CSS brasileira em segurança alimentar e nutricional?” pode ser respondida de maneira afirmativa. O Centro de Excelência tem desempenhado um papel que na teoria de regimes internacionais se classifica como variável interveniente. Com isso objetiva-se afirmar que atuação do Centro de Excelência tem influenciado a maneira como se constrói a CSS brasileira na área de segurança alimentar e nutricional. Assim sendo, a partir da criação do Centro de Excelência, ocorreu incremento na quantidade e na qualidade das parcerias firmadas na área de segurança alimentar e nutricional. Além disso, a problemática da fome nos países em desenvolvimento é um desafio que requer um esforço global conjunto, segundo a ONU, a CSS no âmbito do Centro de Excelência tem respondido a essa demanda mundial.

Como resultado desta análise, o Centro de Excelência contra Fome é caracterizado como um marco na CSS em segurança alimentar e nutricional, sendo a participação do Brasil fundamental para essa construção. A avaliação de impacto dos resultados obtidos pelo Centro de Excelência ao longo de seus seis anos de atuação não deixa dúvidas de seu valor político e social positivo nos países com os quais possui parcerias. Além disso, a atuação do Centro contribui para a criação de uma imagem internacional do Brasil em relação a outros países em desenvolvimento e da própria comunidade internacional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Direção e organograma operacional**. [2018]. Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Direcao/CGPD>>. Acesso em: 4 maio 2018.

ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. v. 2. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Assessoria Fome Zero, 2010. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vo12.pdf>>.

Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Cooperação técnica**. [2018]. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Introdução**. [2018]. Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em: 4 maio 2018.

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **30 anos da ABC: visões da cooperação técnica internacional brasileira**. Brasília, DF: FUNAG, 2017. Disponível em:

<[http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC\\_05\\_05\\_V\\_7.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions. **World Politics**, Cambridge, v. 38, p. 226–254, out. 1985. Disponível em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/7628/855379d671f076aa4a9f7925a75c60fce647.pdf>>.

Acesso em: 4 maio 2018.

BALABAN, Daniel Silva. **Demanda estruturada e a agricultura familiar no Brasil: o caso do PAA e do PNAE**. Brasília, DF: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2013. Disponível em:

<[http://www.ipc-undp.org/pub/port/PAAReportPT\\_Demanda\\_Estrutruada\\_e\\_a\\_Agricultura\\_Familiar\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/port/PAAReportPT_Demanda_Estrutruada_e_a_Agricultura_Familiar_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940**. Institui o salário mínimo e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2162-1-maio-1940-412194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm)>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004; 11.273, de 6 de fevereiro de 2006; 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 3 maio 2018.

BRASIL, Pilar Figueiredo. **O Brasil e a insegurança alimentar global: forças sociais e Política Externa (2003–2010).** 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2013.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019).** 2016. Disponível em: <[goo.gl/X4p15a](http://goo.gl/X4p15a)>. Acesso em: 10 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Estrutura e composição.** [2007]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/caisan-nacional>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Componentes.** [2016]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/sisan/componentes>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Objetivos.** [2018]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/sisan/objetivos>>. Acesso em: 4 maio 2018.

CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise, (1919–1939):** uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília, DF: Unb, 2001.

CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME. **Retrospectiva 2017.** Disponível em: <<http://centrodeexcelencia.org.br/2017-year-review/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Escala de compras públicas de alimentos no Brasil.** [20--].

(Série Políticas Sociais e de Alimentação). Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/PAA\\_Institucional\\_Estudo3\\_escalalowres.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/PAA_Institucional_Estudo3_escalalowres.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Parceiros**. [2018]. Disponível em: <<http://centrodeexcelencia.org.br/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2013: lutando contra a fome no mundo**. 2013. Disponível em: <[http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/WFP\\_CENTRE\\_REPORT2013\\_PORTUGUES\\_WEB.pdf](http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/WFP_CENTRE_REPORT2013_PORTUGUES_WEB.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2014: lutando contra a fome no mundo**. 2014. Disponível em: <[http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/WFP\\_Relatorio2014\\_PORT\\_WEB\\_FINAL.pdf](http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/WFP_Relatorio2014_PORT_WEB_FINAL.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2015: lutando contra a fome no mundo**. 2015. Disponível em: <[http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/CoE\\_RelatorioAnual2015.pdf](http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/CoE_RelatorioAnual2015.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual 2016: lutando contra a fome no mundo**. 2016. Disponível em: <[http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/WFP\\_-\\_PUBLI\\_-\\_PIT-8931A\\_-\\_v9.pdf](http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/WFP_-_PUBLI_-_PIT-8931A_-_v9.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília, DF: UnB, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/legislacao-site.pdf>>. Acesso em: maio 2018.>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório final da 5ª Conferência... Carta Política, Manifesto, Proposições e Moções**. 2015. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/5\\_conferencia/relatorio\\_2015\\_consea.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/5_conferencia/relatorio_2015_consea.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

DELGADO, Guilherme C.; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da; OLIVEIRA, Jader José de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília, DF, 2015. Texto Para Discussão nº 1145. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1779/1/TD\\_1145.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1779/1/TD_1145.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações internacionais: histórias e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

KEOHANE, Robert Owen. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.



\_\_\_\_\_. International Institutions: two approaches source. **International Studies Quarterly**, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 379–396, dez. 1988. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/161137/mod\\_resource/content/1/Keohane%201988%20-%20International%20Institutions%20-%20two%20approaches.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/161137/mod_resource/content/1/Keohane%201988%20-%20International%20Institutions%20-%20two%20approaches.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

KRASNER, Stephen. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 1–21, 1982. Disponível em: <<http://www.ir.rochelleterman.com/sites/default/files/krasner%201982.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros; João Goulart; Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <842-Brasil\_e\_a\_Cooperacao\_Sul-Sul\_em\_tres\_momentos\_de\_Politica\_Externa\_O.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

MACHADO, Renato Luiz Abreu. **Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. O que é o Consea? 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/o-que-e-o-consea>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 4 maio 2018.

MARKOVITCH, J. A Cooperação Técnica Internacional. *In*: MARKOVITCH, J. (Org.). **Cooperação Técnica Internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 367–384.

MEARSHEIMER, John J. The false promise of International Institutions. Reviewed work(s). **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 3, p. 5–49, Winter, 1994/1995. Disponível em: <<http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b7/Attachments/39/mearsheimer%20false%20promise.pdf>>. Acesso em: maio 2018.

MILANI, Carlos R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. 1. ed. Brasília, DF: Agência Brasileira de Cooperação, 2017. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/729>>. Acesso em: 4 maio 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Institucional**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Seminário internacional apresenta experiências brasileiras na superação da fome e da extrema pobreza**. Expo. Milão. 2015. Disponível em:

<<http://mds.gov.br/areadeimprensa/noticias/2015/junho/seminario-internacional-apresenta-experiencias-brasileiras-na-superacao-da-fome-e-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**. 1. ed. Brasília, DF: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), 2011. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/caderno1\\_sisan.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno1_sisan.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

MOREIRA, Lauro Barbosa da Silva. **A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Cooperação Internacional (CI)**. 2005. Disponível em: <[www.abc.mre.gov.br](http://www.abc.mre.gov.br)>. Acesso em: 4 maio 2018.

NAÇÕES UNIDAS (ONUBR). **Após uma década de queda, fome volta a crescer no mundo**. 2017a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-apos-uma-decada-de-queda-fome-volta-a-crescer-no-mundo/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Cooperação Triangular e Sul-Sul é crucial para erradicar fome e pobreza e transformar comunidades rurais**. 2017b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cooperacao-triangular-e-sul-sul-e-crucial-para-erradicar-fome-e-pobreza-e-transformar-comunidades-rurais-nos-paises-em-desenvolvimento/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

NEHRING, Ryan; MCKAY, Ben. Scaling up local development initiatives: Brazil's food acquisition programme. **Working Paper**, (S.I.), n. 106, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper106.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

NOGUEIRA, Joao Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias de Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Cooperação com Brasil é crucial para ampliar proteção social na África, revela pesquisa da ONU**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cooperacao-com-brasil-e-crucial-para-ampliar-protecao-social-na-africa-revela-pesquisa-da-onu/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **How close are we to ZeroHunger?** The State of Food Security and Nutrition in the World. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório da ONU pede continuidade de políticas de combate à fome no Brasil**. 2017. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-pede-continuidade-de-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

ORGANIZACIÓN PARA DE LA NAÇÕES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). **Cuánto nos falta para alcanzar el Hambre Cero?**

2017. Disponível em:

<<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/es/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. **O Prelúdio da Cooperação Sul-Sul:** da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires, (1955–1978). 2015.

Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

PINO, Bruno Ayllón. **A Cooperação Triangular e as transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, jun. 2013. Texto para

Discussão 18450. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1845.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1845.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (Css). *In*: SOUZA, André de Mello e. (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento.** Brasília, DF: Ipea, 2014.

PINTO, H. S. **A segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Parte 1: A

modernização do estado e os avanços na superação da fome. Brasília, DF: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2014. Texto para Discussão n. 150. Disponível em:

<[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502818/Textos\\_para\\_discussao\\_150.pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502818/Textos_para_discussao_150.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 4 maio 2018.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa:** a evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento (CTPD) no período (1995–2005). Brasília, DF: FUNAG, 2010.

Disponível em:

<[http://funag.gov.br/loja/download/715Cooperacao\\_Tecnica\\_Horizontal\\_Brasileira\\_como\\_Instrumento\\_da\\_Politica\\_Externa\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/715Cooperacao_Tecnica_Horizontal_Brasileira_como_Instrumento_da_Politica_Externa_A.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA). **Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** [2018].

Disponível em:

<[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/CARTILHA\\_PA\\_A\\_FINAL.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PA_A_FINAL.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2018.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro.** 14. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.

Brasília, DF: Ipea, 2014. Disponível em: Acesso em: 4 maio 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAD). **Sobre o programa**. [2018]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 4 maio 2018.

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA (SEGIB). **II Relatório da cooperação Sul- Sul na Ibero-América**. Estudos SEGIB. n. 3. 2008. Disponível em: <[https://www.segib.org/wp-content/uploads/sur\\_sur\\_web\\_PT1.pdf](https://www.segib.org/wp-content/uploads/sur_sur_web_PT1.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2018.

SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SNSAN). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional...** [2018]. Disponível em: <<http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/SisanadesaomunicipiosParanaRoberta.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

SOUZA, André de Mello e. (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília, DF: Ipea, 2014.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439–457, jul./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25843.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics and geoculture: essays on the changing world-system**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Centro de Excelência na China**. 2016. Disponível em: <<http://www1.wfp.org/centre-of-excellence-in-china>>. Acesso em: 4 maio 2018.